

RAIMUNDO TEIXEIRA NASCIMENTO FILHO

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO E *MODUS* DE GERENCIAMENTO DA CRISE
PANDÊMICA NO BRASIL: UM ESTUDO EM PARINTINS (AM)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer

**VIÇOSA – MINAS GERAIS
2022**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de
Viçosa - Campus Viçosa

T

N244p
2022

Nascimento Filho, Raimundo Teixeira, 1988-
Planejamento turístico e *modus* de gerenciamento da crise
pandêmica no Brasil: um estudo em Parintins (AM) / Raimundo
Teixeira Nascimento Filho. - Viçosa, MG, 2022.
1 dissertação eletrônica (74 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndice.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Administração e Contabilidade, 2022.

Referências bibliográficas: f. 61-64.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2022.235>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Turismo – Planejamento – Parintins (AM). 2. Administração
pública – Parintins (AM). I. Emmendoerfer, Magnus Luiz, 1978-.
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Administração e
Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Administração.
III. Título.

CDD 22. ed. 338.4791

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB6/2552

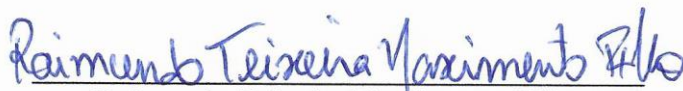
RAIMUNDO TEIXEIRA NASCIMENTO FILHO

**PLANEJAMENTO TURÍSTICO E *MODUS* DE GERENCIAMENTO DA CRISE
PANDÊMICA NO BRASIL: UM ESTUDO EM PARINTINS (AM)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

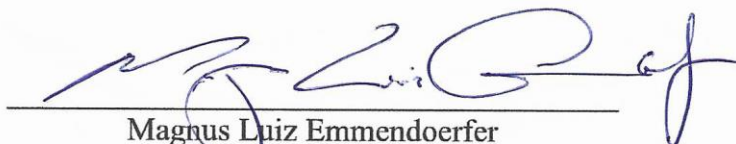
APROVADA: 24 de fevereiro de 2022.

Assentimento:



Raimundo Teixeira Nascimento Filho

Autor



Magnus Luiz Emmendoerfer

Orientador

A Deus;

À minha querida esposa Rebeca Azedo Nascimento;

Aos meus amigos;

Aos que se esforçaram para alcançar o conhecimento;

Aos que se foram e deixaram saudades;

A todos que buscam transformar o mundo num lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

À minha querida esposa Rebeca Azedo Nascimento, pela paciência, compreensão e pelo apoio inestimável nesse período do mestrado.

À minha mãe Luiza Sarraff Nascimento, pelo amor, incentivo, apoio e pelos muitos ensinamentos de vida.

Ao meu saudoso pai Raimundo Teixeira Nascimento, que sempre acreditou no meu potencial, mas não pôde vivenciar comigo esta conquista.

Aos meus amigos, que de alguma forma me apoiaram.

À Universidade Federal de Viçosa em conjunto com a Universidade do Estado do Amazonas, pela oportunidade de cursar o mestrado.

Ao Professor Magnus Luiz Emmendoerfer, pelas orientações, pelos conselhos, pelo apoio e pela confiança.

Ao Professor Elias José Mediotte, pela paciência e ajuda inestimáveis.

Este trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

*Talvez não tenha conseguido fazer o melhor, mas lutei para que o melhor fosse feito.
Não sou o que deveria ser, mas Graças a Deus não sou o que era antes.*

(Marthin Luther King)

RESUMO

NASCIMENTO FILHO, Raimundo Teixeira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2022. **Planejamento turístico e *modus* de gerenciamento da crise pandêmica no Brasil: um estudo em Parintins (AM)**. Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Neste trabalho, analisou-se como o planejamento turístico foi levado a cabo, tanto como ferramenta quanto como prática gerencial, no contexto recente da crise pandêmica no Brasil como um *modus* de gerenciamento e resposta às restrições impostas por essa circunstância, tomando como *locus* empírico o caso do destino turístico Parintins, no estado do Amazonas (AM), Brasil. Especificamente, buscou-se analisar e compreender as práticas adotadas pelo Poder Executivo no município de Parintins acerca do planejamento público para a implementação de ações de enfrentamento à crise pandêmica no turismo, tendo em vista o período de suspensão das suas principais atividades. Para a realização da pesquisa foi utilizado o método de estudo de caso com abordagem qualitativa, com a análise de documentos oficiais disponibilizados nos meios de comunicação oficial da prefeitura do município em estudo. Evidenciou-se, a partir dos resultados, a necessidade de elaboração de um planejamento público que contemplasse o uso de um *modus* de gerenciamento de crises, sobretudo, para a superação das circunstâncias desencadeadas pela pandemia da Covid-19, principalmente no *trade* turístico do município.

Palavras-chave: Planejamento turístico. *Modus* de gerenciamento de crise. Turismo. Amazônia. Brasil.

ABSTRACT

NASCIMENTO FILHO, Raimundo Teixeira, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2022. **Tourist planning and pandemic crisis management modus: the municipality of Parintins (AM).** Advisor: Magnus Luiz Emmendoerfer.

This article analyzes how tourism planning was carried out, both as a tool and as a management practice, in the current context of the pandemic crisis in Brazil as a modus of management and response to the restrictions imposed by this context, taking as an empirical locus the case of the destination tourist Parintins, in the state of Amazonas (AM), Brazil. Specifically, we sought to analyze and understand the practices adopted by the executive power in the municipality of Parintins regarding public planning for the implementation of actions to face the pandemic crisis in tourism, given the period of suspension of its primary activities. The case study method was used with a qualitative approach to carry out the research, using the analysis of official documents made available in the official media of the city hall of the municipality under study. The results showed the need to carry out public planning that includes the use of a crisis management modus, especially to overcome the crisis triggered by the Covid-19 pandemic, especially in the tourist trade of the municipality.

Keywords: Tourism planning. Crisis management modus. Tourism. Amazon region. Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fases do gerenciamento de crises.....	20
Figura 2 – Disposição dos Boletins Estatísticos COVID-19 de Parintins (AM)	23
Figura 3 – Representação analítica do gerenciamento de crise	24
Figura 4 – Localização geográfica do município de Parintins	26
Figura 5 – Categorização do município de Parintins (AM)	27
Figura 6 – Secretarias municipais	30
Figura 7 – Estrutura organizacional ligada ao turismo	31
Figura 8 – Posse do Conselho Municipal de Turismo	31
Figura 9 – Plano Plurianual 2018-2021	32
Figura 10 – Ações voltadas ao turismo no PPA 2018-2021	33
Figura 11 – Evolução dos casos confirmados de Covid-19 em Parintins	35
Figura 12 – Primeiro Mapa de Monitoramento da Covid-19 em Parintins (21/04/2020)	36
Figura 13 – Último Mapa de Monitoramento da Covid-19 em Parintins (14/07/2020)	36
Figura 14 – Relatórios de ações das Secretarias Municipais durante a pandemia da Covid-19	37
Figura 15 – Publicidade das ações de enfrentamento à Covid-19	39
Figura 16 – Publicidade da criação do Comitê de Enfrentamento à Covid-19	40
Figura 17 – Ações de combate à Covid-19 pelo governo do estado do Amazonas	41
Figura 18 – Notícia da primeira morte por Covid-19 no Amazonas	42
Figura 19 – <i>Modus</i> de gerenciamento de crises para destinos turísticos	50
Figura 20 – Linha do tempo do surgimento da Covid-19	51
Figura 21 – <i>Site</i> Coronavírus Parintins	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Pandemias/Epidemias no século XXI.....	18
Quadro 2 – Resumo dos decretos analisados	22
Quadro 3 – Síntese da estrutura de coleta e análise de dados objetivos	25
Quadro 4 – Síntese dos decretos que afetaram diretamente o turismo durante a pandemia da Covid-19	38
Quadro 5 – Evolução da Covid-19 em Parintins (AM) e ações do Executivo Municipal	43
Quadro 6 – Fase de mitigação em Parintins (AM)	52
Quadro 7 – Fase de preparação em Parintins (AM)	53
Quadro 8 – Fase de resposta em Parintins (AM)	55
Quadro 9 – Fase de recuperação em Parintins (AM)	56

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Contextualização, relevância do problema e questão de pesquisa	11
1.2	Objetivo Geral	13
1.3	Objetivos Específicos	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1	Planejamento público turístico	15
2.2	Gestão de crises no contexto da pandemia	18
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
4	PLANEJAMENTO PÚBLICO TURÍSTICO E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 EM PARINTINS (AM) SOB A ÓTICA DA GESTÃO DE CRISES	28
5	<i>MODUS</i> DE GERENCIAMENTO DE CRISE PARA PARINTINS (AM)	49
5.1	Mitigação	51
5.2	Preparação	53
5.3	Resposta	54
5.4	Recuperação	56
5.5	Ações necessárias	58
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	61
	APÊNDICE	65

1 INTRODUÇÃO

O turismo como é conhecido hoje refere-se a um movimento surgido no século XIX. Congrega atividades que as pessoas realizam durante suas viagens ou em estadias em lugar diferente de sua residência por um período curto, inferior a um ano, e que pode ser motivado por férias, negócios etc. Tem destaque na economia como a maior indústria mundial, gerando emprego e renda e contribuindo significativamente para o Produto Interno Bruto dos países e com grande potencial de crescimento no mundo (WTO, 2020a).

Além desses aspectos, Sancho (2001) destaca que o turismo desenvolve aspectos de infraestrutura dos locais visitados através de obras do governo para atender à demanda pública, por meio de investimentos públicos e da iniciativa privada. Nesse sentido, o turismo visa promover o desenvolvimento e, como consequência, o bem-estar das localidades onde é explorado. Além dos aspectos econômicos, sugere-se que o turismo possa promover os aspectos sociais, ambientais e culturais, estimulando o desenvolvimento sustentável (TRENTIN, 2016). Nessa direção, segundo Emmendoerfer *et al.* (2021), todos esses aspectos permitem avançar para o desenvolvimento turístico dos territórios, visando ao bem-estar das localidades onde é explorado.

Levando em conta o impacto que o turismo tem nos aspectos supramencionados de destinos turísticos, nesta pesquisa se propôs estudar a temática **Planejamento turístico e *modus* de gerenciamento da crise pandêmica no Brasil: o caso de Parintins (AM)**, tendo em vista o período de suspensão das suas principais atividades. Além disso, dispôs-se a abarcar uma proposição para a gestão de destinos turísticos no cenário pós-pandemia, especificamente no município de Parintins, interior do Amazonas (AM), Brasil.

Em um contexto de pandemia, como o da Covid-19, o fluxo turístico pode se converter em via de disseminação e facilitação da propagação de doenças contagiosas. Surge, dessa forma, a preocupação não só com o desenvolvimento sustentável do turismo, mas também com o bem-estar das pessoas, tanto dos visitantes quanto da população local, o que exige dos governantes planejamento e gerenciamento adequados (MEDIOTTE *et al.*, 2021).

1.1 Contextualização, relevância do problema e questão de pesquisa

Devido à pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em março de 2020 (WHO, 2020), segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo mundial teve queda de 72% em mobilidade de turistas, representando perda de US\$ 1,1

trilhão (MEDIOTTE *et al.*, 2021). O confinamento imposto em resposta à pandemia, além da paralisação de atividades econômicas e comerciais e da restrição de circulação de pessoas, demandou dos destinos turísticos a adoção de medidas para o enfrentamento da crise epidemiológica da Covid-19, cujo impacto afetou diretamente o *trade* turístico (GÖSSLING *et al.*, 2020). Ademais, muitas cidades, cuja economia é movimentada exclusivamente pelo turismo, foram impactadas pela pandemia e tiveram temporariamente seus fluxos turísticos substancialmente anulados. Tal cenário causou vários efeitos econômicos, sociais e ambientais, como cancelamentos de voos e de agendamentos de viagens, desemprego e diminuição da renda de pessoas que dependem do turismo e trabalham nesse setor.

Em pouco tempo, todos os destinos turísticos do mundo possuíam algum tipo de restrição relacionado às medidas de enfrentamento da Covid-19 (WTO, 2020b). Fronteiras fechadas, proibição de circulação de turistas e medidas de distanciamento social passaram a fazer parte do nosso cotidiano (BAUM; HAI, 2020). Com isso, vieram a desaceleração da economia, os cancelamentos de viagens, os adiamentos de férias e os prejuízos se acumularam nas empresas que atuam no fluxo turístico, a exemplo das companhias aéreas que, somente nos seis primeiros meses de 2020, já registravam prejuízos de aproximadamente US\$ 100 bilhões (IATA, 2020).

No município de Parintins, localizado no interior do estado do Amazonas (AM), essa situação não foi diferente. Assim como nos demais destinos turísticos mundo afora, o turismo nessa região foi grandemente afetado pelas medidas de enfrentamento à pandemia. Seu principal evento turístico, o Festival Folclórico de Parintins, conhecido mundialmente e que ocorre no último final de semana do mês de junho (AZEVEDO FILHO, 2013), teve a sua edição de 2020 cancelada. Todo o preparativo e as expectativas do evento foram perdidos, impactando significativamente a economia local.

Nesse contexto, é necessário pensar no enfrentamento a essa crise causada pela pandemia. O governo local e as organizações públicas de natureza executiva da Administração Pública Municipal são importantes agentes para o desenvolvimento da atividade turística em nível local, ao utilizarem mecanismos de gestão e políticas públicas, como o planejamento público do turismo. Cabe também salientar que o turismo constitui um setor dinâmico que precisa ser renovado constantemente. Para tanto, é preciso estudar as possibilidades de criar diretrizes que permitam e garantam a segurança aos turistas e moradores locais, dinamizar as atrações turísticas e, em alguns casos, fazer ajustes, mesmo no que já é tradicional (AZEVEDO FILHO, 2013).

Antes da crise epidemiológica global, considerada como uma sociedade pré-pandemia (EMMENDOERFER *et al.*, 2021), o papel do governo no turismo era de regulador, mediador e incentivador, sendo o planejamento público constituído essencialmente por elementos como planejamento turístico, plano turístico e ações voltadas para a proteção e segurança dos envolvidos nessa atividade. No entanto, será que isso se altera numa sociedade pós-pandemia? Nesse sentido, emerge a questão norteadora desta pesquisa: **Quais práticas têm sido adotadas para o enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19 em um destino turístico insular no Brasil, tendo de um lado as medidas de flexibilização das atividades econômicas e, de outro, as recomendações pelo isolamento social?**

Nessa direção, pretende-se, por meio deste estudo, compreender as práticas adotadas pela Administração Pública Municipal no enfrentamento à crise pandêmica no município de Parintins (AM), Brasil, sob a ótica do turismo, tendo em vista o período de suspensão das suas principais atividades.

1.2 Objetivo Geral

Analisar e compreender as práticas adotadas pelo Poder Executivo no município de Parintins (AM) acerca do planejamento público para implementação de ações de enfrentamento da crise pandêmica no turismo, tendo em vista o período de suspensão das suas principais atividades.

1.3 Objetivos Específicos

1. Descrever o planejamento público turístico do município de Parintins (AM), considerando a ótica da gestão de crises, com destaque para as ações de enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do turismo.
2. Elaborar um *modus* de gerenciamento de crises a partir do contexto local para o destino turístico de Parintins (AM).

Esta dissertação está estruturada em seis capítulos, sendo o primeiro esta Introdução, que apresenta o tema e sua contextualização. O segundo capítulo é constituído pela Revisão de Literatura, em que são apresentados os principais autores e estudos que embasaram este estudo. O terceiro capítulo, Procedimentos Metodológicos, traz o percurso metodológico adotado para a realização desta pesquisa. O quarto capítulo, Planejamento Público Turístico e Ações de Enfrentamento à Pandemia da Covid-19 em Parintins (AM) sob a Ótica da Gestão

de Crises, mostra como é tratado o planejamento turístico no município de Parintins. Já o quinto capítulo e último, *Modus* de Gerenciamento de Crise para Parintins (AM), traz um modelo de gerenciamento que pode ser aplicado a destinos turísticos em períodos de crise.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Planejamento público turístico

O planejamento é fundamental para o sucesso de qualquer atividade. No turismo, o planejamento adequado perpassa pela determinação de objetivos, dimensionamento e coordenação dos meios necessários para alcançar tais objetivos, com base em estratégias e no papel desejável dessa atividade no desenvolvimento do território (PETROCCHI, 2009; CUNHA, 2017). Entende-se que o melhor aproveitamento da atividade turística requer planejamento dinâmico (SEDARATI *et al.*, 2019), razão por que deve ser acompanhado de permanente revisão e correções quando necessário, o que requer a participação de todos os interessados nas atividades turísticas (BARRETO, 2002; STOKES, 2008).

O planejamento turístico é o elemento direcionador de ações e recursos destinados às ações de turismo, em que se dispõe das necessidades de instalações de infraestrutura e se expõem os fatores econômicos e sociais das ações de turismo propostas, bem como o atendimento das necessidades dos visitantes (CARVALHO, 2000). Para Ruschmann (2010), o planejamento turístico consiste em ordenar as ações voltadas ao turismo, direcionando para uma melhor utilização dos recursos com o intuito de potencializar suas atratividades.

Vieira (2008) destaca a importância da participação coletiva na construção do planejamento turístico para construir um planejamento eficaz e que atenda às diversas perspectivas da sociedade. Nesse contexto estão inseridos os *stakeholders*¹. No entanto, esse autor destaca as dificuldades de desenvolver a gestão democrática e incentivar a participação coletiva, uma vez que há o conflito de interesses.

Dessa forma, percebe-se que a participação do poder público é importante, tanto no sentido de estabelecer ações que atendam às necessidades locais para o desenvolvimento do turismo quanto na abertura para a discussão e construção do planejamento turístico que seja adequado e possa contribuir para o desenvolvimento do turismo.

Quando há participação efetiva dos *stakeholders* no processo de planejamento e, mesmo, da execução das atividades turísticas, os resultados são positivos. Em geral, a dificuldade encontra-se na aproximação dos diferentes agentes da comunidade, em parte pelo distanciamento do Poder Executivo Municipal, pelo conflito de interesses dos diversos

¹Para este estudo, os *stakeholders* são grupos ou indivíduos que afetam ou são afetados pelas atividades da organização, pelas atividades ligadas ao turismo compreendidas pela gestão pública, pela iniciativa privada e pela sociedade civil (FREEMAN, 1984).

agentes sociais envolvidos e também pelo próprio desinteresse dos agentes da comunidade (ANDRIOTIS, 2008). Já Stokes (2008) destaca a importância da participação dos *stakeholders* na tomada de decisões estratégicas para o turismo.

O planejamento turístico deve levar em consideração todas as formas possíveis de contribuição ao bem-estar dos moradores e ao desenvolvimento da localidade, minimizando os impactos negativos e maximizando os benefícios gerados pela atividade turística (PETROCCHI, 2009; MOSCARDO, 2018). Nesse contexto, tem-se o governo com suas funções de promotor, garantidor e coordenador das atividades turísticas. Como promotor, o governo atua no desenvolvimento de atividades turísticas para aumentar a entrada de divisas, assegurando o direito de viajar. Como garantidor dessas atividades, cabe ao governo incentivar o setor privado a atuar no turismo como forma de desenvolvimento econômico (TRENTIN; FONSECA FILHO, 2020). Já a função de coordenador está atrelada ao planejamento do turismo, cabendo ao governo prever e viabilizar a infraestrutura necessária para a consolidação do turismo na região.

Com a pandemia da Covid-19, todas essas atividades precisam ser repensadas e adaptadas à nova realidade que se apresenta (HERRERA *et al.*, 2020). Evidenciou-se a necessidade da atuação do governo tanto no sentido de proteção da saúde dos turistas e da população em geral quanto da mediação de conflitos causados pelas limitações impostas pelas medidas sanitárias para frear a disseminação desse vírus (MEDIOTTE *et al.*, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2021). Nesse contexto emergem discussões sobre a atuação dos agentes públicos, sobretudo quanto ao modelo de gestão adotado no âmbito público.

Nesse contexto, o modelo de gestão predominante é o burocrático. Embora o termo burocracia carregue consigo um estigma voltado para a morosidade e excessos de formalidades, ele está presente não só na gestão pública, mas em todas as organizações, quer públicas, quer privadas (DIAS, 2011).

Idealizada e formalizada por Max Weber (1864-1920), a burocracia tem como princípios a eficiência e a previsibilidade, tendo sido desenvolvidos em contrapartida os preceitos da Teoria Clássica e da Teoria das Relações Humanas, em busca de corrigir nas organizações o desperdício de eficiência com atribuições e papéis bem definidos e a especialização das tarefas a serem desempenhadas (MAIA; PINTO, 2007).

O ideal de burocracia defendido por Weber consiste em um modelo de gestão cujas características consistem em bases legais fixas, regidas por leis ou normas; com organização hierárquica, em que os ocupantes de cargos detêm o *know-how* necessário para a realização das tarefas predeterminadas, seguindo procedimentos-padrão preestabelecidos; e com

treinamento para o exercício das funções, fazendo parte das atividades desenvolvidas. Assim, a ocupação de cargo subte-se plena capacidade de trabalho do funcionário, respeitando-se à meritocracia. Os atos devem ser registrados, mantendo o caráter formal das comunicações. Além desses aspectos, Weber também descreve os atributos da burocracia, a saber: precisão, velocidade, clareza, conhecimento dos arquivos, discrição, entre outros (CORDEIRO, 2017).

No entanto, na atualidade, muito do ideal do modelo burocrático proposto por Weber se perdeu. Nesse contexto, abre-se espaço aos pensamentos do sociólogo estadunidense Robert King Merton (1970), que traz para discussão as disfunções burocráticas que, segundo esse autor, se sobrepõem à eficiência da burocracia. Segundo Merton, as disfunções burocráticas são: apego aos regulamentos, formalismo excessivo, resistência a mudanças, categorização do processo decisório, dificuldade no atendimento a clientes e conflitos internos (CORDEIRO, 2017).

Essas disfunções se tornam evidentes no cotidiano da Administração Pública, dificultando-a agir com eficiência, sobretudo, em períodos de crises. A pandemia da Covid-19 tornou evidente a morosidade do poder público, quer federal, estadual ou municipal, nas ações adotadas e nas decisões tomadas. Isso ocorre quer por não haver planejamento prévio, quer por não se coordenarem esforços no combate às crises ora instaladas.

Outro fator que concorre com as disfunções pela falta de eficiência na Administração Pública é a descontinuidade de ações ou de projetos na troca de representantes eleitos, o que ocasiona a substituição dos cargos de confiança. Por sua vez, a permuta de pessoal leva à perda da expertise do ocupante do cargo e, por consequência, a paralisação temporária ou a descontinuidade dos projetos ou ações que estavam sendo desenvolvidas, inclusive no turismo (EMMENDOERFER *et al.*, 2016). No âmbito do Poder Executivo Municipal, tais ocorrências se tornam ainda mais evidentes, pois cada gestor público traz consigo sua equipe de secretários e coordenadores que comporão a estrutura administrativa, o que, por sua vez, abre espaço para as disfunções.

Verifica-se, dessa forma, que o êxito ou o não êxito das ações da Administração Pública não se devem em si ao modelo burocrático ou às suas disfunções, mas muito mais à forma como esse modelo é instalado e executado no cotidiano da gestão pública, podendo ser algo incipiente de práticas de prevenção. Se fosse o contrário, ele ajudaria evitar ou minimizar a necessidade de se ter que lidar com crises de forma periódica ou como algo “normal” e aceitável no dia. Assim, segundo Mediotte *et al.* (2021), a gestão de crises (*crisis management*), bem como os seus estudos, emerge num contexto de limitada atenção pública e

privada para a promoção de crenças e hábitos em prol de ações efetivas de prevenção para a preservação da humanidade e do meio ambiente.

2.2 Gestão de crises no contexto da pandemia

Segundo Glaesser (2008), gestão de crises pode ser entendida com um conjunto de estratégias, medidas e processos planejados e implementados em caso de algum evento que suscite crise. O objetivo da gestão de crises é a elaboração de estratégias de prevenção e solução eficientes para esse período de dificuldades. O planejamento participativo é um pilar fundamental na gestão dessas adversidades, pois, sem o planejamento adequado, impera a cultura do imprevisto (ROSA, 2001).

A pandemia desencadeada pela Covid-19 tornou evidente a importância da gestão de crises dentro do planejamento turístico (FREITAS, 2020). Além do planejamento em si, é necessária a implementação de um modelo de gerenciamento de crises, por meio de um sistema de governança articulado com a participação social capaz de preparar não só os agentes públicos para atuarem em momentos de crises, mas que também sejam instruídos a preparar a população para o seu enfrentamento. Para isso, também são necessários canais de comunicação efetivos, criação de protocolos, diretrizes para os diferentes cenários que se possam apresentar e treinamento contínuo (SENDAI, 2015). Ademais, é preciso levar em consideração eventos pandêmicos e epidêmicos e como eles foram tratados. No Quadro 1 é apresentado um resumo das principais crises sanitárias recentes.

Quadro 1 – Pandemias/Epidemias no século XXI

Doença	Tipo	Vírus	Continentes Afetados	Países/Regiões Mais Afetados	Maior Impacto
SARS	Epidemia	SARS-CoV (Coronavírus)	Ásia, Europa, África e América (do Norte)	China, Cingapura, Hong Kong, Tailândia, Taiwan, Vietnã e Canadá	2002
GRIPE AVIÁRIA	Epidemia	H5N1	Ásia, Europa, África e América (do Norte)	Coreia do Sul, China, Tailândia, Vietnã, Japão, Camboja, Laos, Indonésia e Malásia	2003
GRIPE SUÍNA	Pandemia	H1N1	América (do Norte, Central, do Sul), Europa e Oceania	Estados Unidos, México, Canadá, Chile, Austrália	2009
EBOLA	Epidemia	Ebolavírus	África	Guiné, Libéria, Serra Leoa e Nigéria	2014
ZIKA	Epidemia	Zika Vírus	América do Sul, África e Oceania	Brasil, Colômbia, El Salvador e Cabo Verde	2015
MERS	Epidemia	SARS-CoV (Coronavírus)	Ásia, Europa, África e América (do Norte)	Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Qatar, Omã, Jordânia, Kuwait e Iêmen	2015
COVID-19	Pandemia	SARS-CoV-2 (novo Coronavírus)	Ásia, Europa, América (do Norte, Central, do Sul), África e Oceania	Estados Unidos, Índia, Brasil, Rússia, Reino Unido, França, Espanha, Itália...	2020

Fonte: MEDIOTTE *et al.* (2021).

O gerenciamento de crises tem seu alicerce em um processo metodológico de ação contínua, visando mitigar riscos de desastres que já ocorreram e prevenir riscos futuros (UNISDR, 2015). Deve fazer parte da gestão governamental, sendo utilizado como ferramenta de prevenção, antes de um desastre, ou de diminuição de impacto durante e pós-impacto (FARAZMAND, 2017). No entanto, para que sejam implementadas estratégias de gerenciamento de crises, é necessário entender o que é uma crise e qual a natureza dessa crise. Para Mendes (2005, p. 766), crise é “fase grave, complicada, difícil, um momento de tensão ou de impasse na vida de uma pessoa, de um grupo social, na evolução de determinadas situações”. Existem crises pontuais ocasionadas por um evento específico e crises processuais resultantes de situações persistentes e sistêmicas (SCHMID; MELLO; CAVALCANTE, 2020a). Compreender a natureza da crise implica estratégias a serem adotadas para o seu enfrentamento.

Farazmand (2001) destaca a importância de se discutir o tema gestão de crises e, ao mesmo tempo, critica a escassez de conteúdo sobre o tema no mundo inteiro. Para esse autor, a gestão de crise é de extrema importância para a Gestão Pública, exigindo visão estratégica de longo prazo, pensamento criativo e o seguimento de parâmetros como: sentido de urgência à questão; pensar de forma criativa e estratégica para resolver a crise; tomar ações ousadas, agindo com coragem e sinceridade; romper com a cultura organizacional de autoproteção, assumindo riscos e ações que possam produzir melhores soluções em que não haveria perdedores significativos; e a manutenção de uma presença contínua na situação que muda rapidamente com o desenrolar dos eventos dramáticos.

Para Gladu (2003), a gestão de crises pode ser organizada em quatro fases: mitigação, preparação, resposta e recuperação. Cada fase está relacionada a determinado momento da crise e, dessa forma, auxilia na elaboração do plano de ação.

Na fase de mitigação, responsável pela atuação nos primeiros impactos, busca-se a redução dos efeitos causados pela crise. São alocados recursos e especialistas para cada contexto, pois o objetivo é uma atuação rápida, no intuito de diminuir os efeitos causados pelo evento adverso (GLADU, 2003).

A fase de preparação está relacionada ao planejamento de ações, em que são elaborados e testados os planos de ação. Nesta fase, também é feito o levantamento dos recursos e da logística, bem como montar as equipes de resposta e delinear as funções e responsabilidades de ação de cada um. Por se tratar de fase que envolve planejamento, é a mais demorada, pois todos os planos precisam ser testados periodicamente e as equipes

necessitam receber treinamento adequado, além da necessidade de se fazerem ajustes (GLADU, 2003).

A fase de resposta é a fase crucial, em que os planos desenvolvidos na fase anterior serão postos em prática com ações concretas em situações reais. Nesta fase figura como imprescindível a liderança para uma atuação eficiente e eficaz, assim como a tomada de decisões deve ser rápida e as informações precisam ser confiáveis e atualizadas para fornecer subsídios às ações a serem efetivadas conforme o planejado (GLADU, 2003).

A última fase do gerenciamento de crise vem a ser a fase de recuperação, de natureza consultiva, buscando entender os impactos causados por ela e avaliar as ações adotadas. Os dados levantados nesta fase retroalimentam as fases anteriores e induzem melhorias nos planos de ação, buscando, assim, o aprimoramento das ações efetivas no caso de uma nova crise (GLADU, 2003) (Figura 1).

Figura 1 – Fases do gerenciamento de crises



Fonte: Elaboração do autor com base em GLADU (2003).

No contexto da pandemia vivenciada a partir do ano 2020, uma crise que ultrapassa barreiras geográficas, políticas, sociais e culturais (PRAMANIK, 2015), exige-se uma atuação multissetorial que precisa de um olhar macro e de ações urgentes. Dessa forma, a crise ocasionada pela pandemia da Covid-19 não pode ser tratada de forma isolada, pois requer ações

conjuntas que devem envolver um conjunto de etapas interligadas e com planejamento (FREITAS, 2020).

Segundo o relatório Sendai (2015), um requisito indispensável para a implementação de um modelo de gestão de crise é um sistema de governança que consiga articular a participação social efetiva e capaz de promover a participação inclusiva. Nesse sentido, percebem-se o despreparo e a falta de planejamento desde a declaração de pandemia em março de 2020, quando os entes federados tiveram dificuldade em implementar ações conjuntas para o enfrentamento da Covid-19.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta dissertação, optou-se por um estudo de caso seguindo uma abordagem qualitativa, para análise do objeto de trabalho (YIN, 2010). Ademais, Lincoln (2006) destaca que a pesquisa qualitativa implica ênfase sobre as qualidades das entidades e processos, trazendo à tona aquilo que não pode ser medido em quantidade, volume, intensidade ou frequência. Dessa forma, a pesquisa qualitativa busca aprofundar nas relações de causa e efeito, por isso é a mais apropriada para a pesquisa proposta.

Ainda sobre a abordagem da pesquisa, esta pode ser classificada também como descritiva e exploratória devido aos poucos estudos na área de turismo no município de Parintins (AM), razão por que é necessário mapear os agentes envolvidos nesse campo, descobrindo e mapeando os padrões de comportamento (VEAL, 2011).

Para a coleta de dados foi utilizada a pesquisa documental, com o intuito de levantar material suficiente para compreender o processo de planejamento do turismo na gestão da crise da Covid-19 em Parintins (AM). Tais dados foram levantados em documentos e registros públicos relacionados diretamente com o turismo no município. Para efeito desta pesquisa, considera-se documento todo material de expressiva extensão digital, como redes sociais, *blogs*, revistas e jornais eletrônicos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009). Também foram selecionados e analisados seis Boletins Estatísticos COVID-19, 82 Decretos Municipais² e três Decretos Estaduais, compreendidos no período de 11 de março de 2020 a 11 de março de 2021, conforme Quadro 2 e Figura 2.

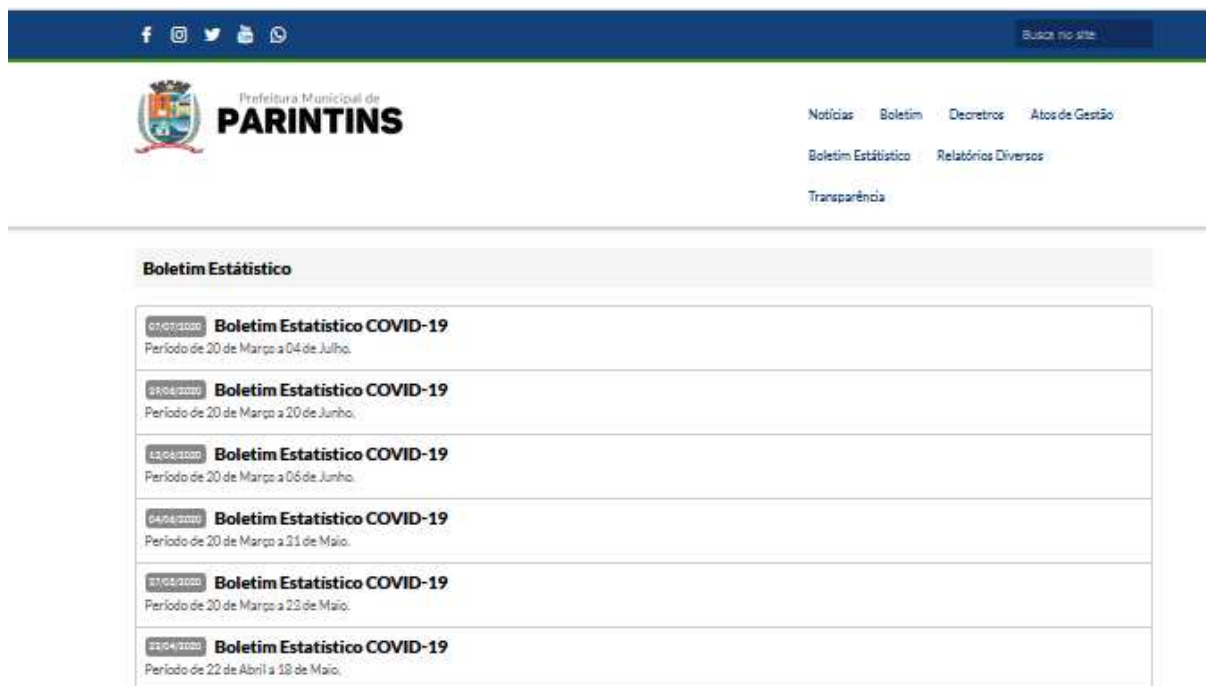
Quadro 2 – Resumo dos decretos analisados

Natureza do decreto	Publicado em 2020	Publicado em 2021	Total
Municipal	75	7	82
Estadual	1	2	3

Fonte: Elaboração do autor.

²Os Decretos Municipais relativos ao enfrentamento da Covid-19 estão disponíveis no *link* <https://coronavirus.parintins.am.gov.br/?q=277-lista-8301-decretos>. No Apêndice, encontra-se uma tabela com o resumo dos decretos utilizados nesta pesquisa.

Figura 2 – Disposição dos Boletins Estatísticos COVID-19 de Parintins (AM)



Fonte: PARINTINS (2021).

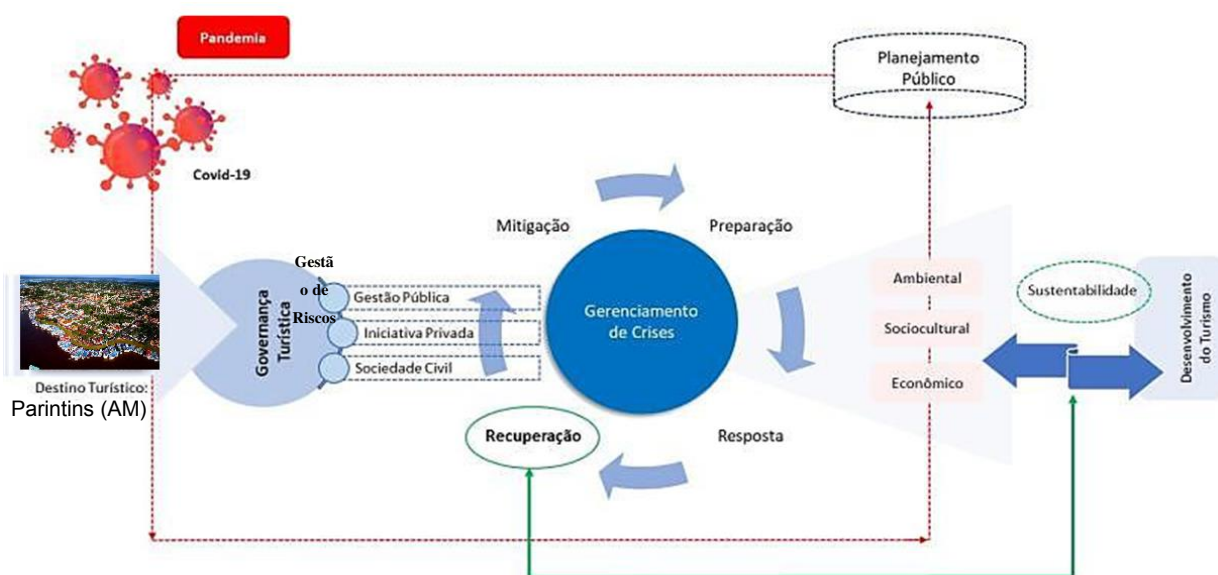
Conforme mencionado anteriormente, o horizonte temporal para a realização desta pesquisa compreendeu o período de 11 de março de 2020 a 11 de março de 2021, considerando-se um ano desde que a pandemia da Covid-19 foi reconhecida oficialmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

De acordo com Rodriguez (2004), a pesquisa documental pode ser um ponto de partida para entender a realidade apresentada, além de oferecer elementos necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Por exemplo, dados de fontes confiáveis como registros estatísticos, atas, diários, jornais e revistas permitem ao pesquisador fazer um comparativo do presente com as transformações ocorridas no decorrer dos anos. Gil (2002) destaca que a pesquisa documental constitui uma fonte rica e estável de dados primários que ainda não tiveram tratamento analítico ou que podem ser reelaborados conforme a pesquisa proposta.

Para a análise dos resultados documentais foi utilizada a análise de conteúdo, seguindo-se cronologicamente a preconização de Bardin (2014) acerca de três estágios, quais sejam: (i) pré-análise (identificação e pré-seleção dos documentos a partir da busca e da leitura superficial deles); (ii) exploração do material (análise e seleção final do material por meio da leitura completa dos documentos); e (iii) tratamento dos resultados (aplicação de tratamento quantitativo, quando necessário, com interpretação qualitativa do material selecionado na fase de exploração).

Portanto, a execução do trabalho configura-se por meio da Análise Temática de Conteúdo (BARDIN, 2014), sendo indicada a categorização definida pelo *modus* de gerenciamento de crises originado para esta dissertação, a partir do estudo de Mediotte *et al.* (2021), adaptado para o município de Parintins (AM). As dimensões, ou categorias, apuradas foram classificadas em quatro fases: (1) de Mitigação, (2) Preparação; (3) Resposta; e (4) Recuperação, como mostrado na Figura 3.

Figura 3 – Representação analítica do gerenciamento de crise



Fonte: Adaptado de MEDIOTTE *et al.* (2021).

A partir disso, empregou-se a análise de conteúdo, seguindo cronologicamente a preconização de Bardin (2016) acerca de três estágios, quais sejam: (i) Pré-análise (identificação e pré-seleção dos documentos a partir da busca e da leitura superficial deles); (ii) exploração do material (análise e seleção final do material por meio da leitura completa dos documentos); e (iii) tratamento dos resultados (aplicação de tratamento quantitativo quando necessário, com interpretação qualitativa do material selecionado na fase de exploração). Portanto, a execução do trabalho configura-se por meio da Análise Categrorial de Conteúdo (BARDIN, 2016), sendo indicada a categorização definida pelo *modus* de gerenciamento de crises originado para este trabalho, a partir do estudo de Mediotte *et al.* (2021) adaptado para o município de Parintins (AM). As dimensões, ou categorias, apuradas foram classificadas em quatro fases: (1) de Mitigação, (2) Preparação; (3) Resposta; e (4) Recuperação. Com isso, os resultados e discussões sobre o objeto em estudo são apresentados na próxima seção, incluindo interpretações com base em observações dos pesquisadores

durante o período da pesquisa, à luz do referencial teórico utilizado neste capítulo, conforme apresentado, em síntese, no Quadro 3.

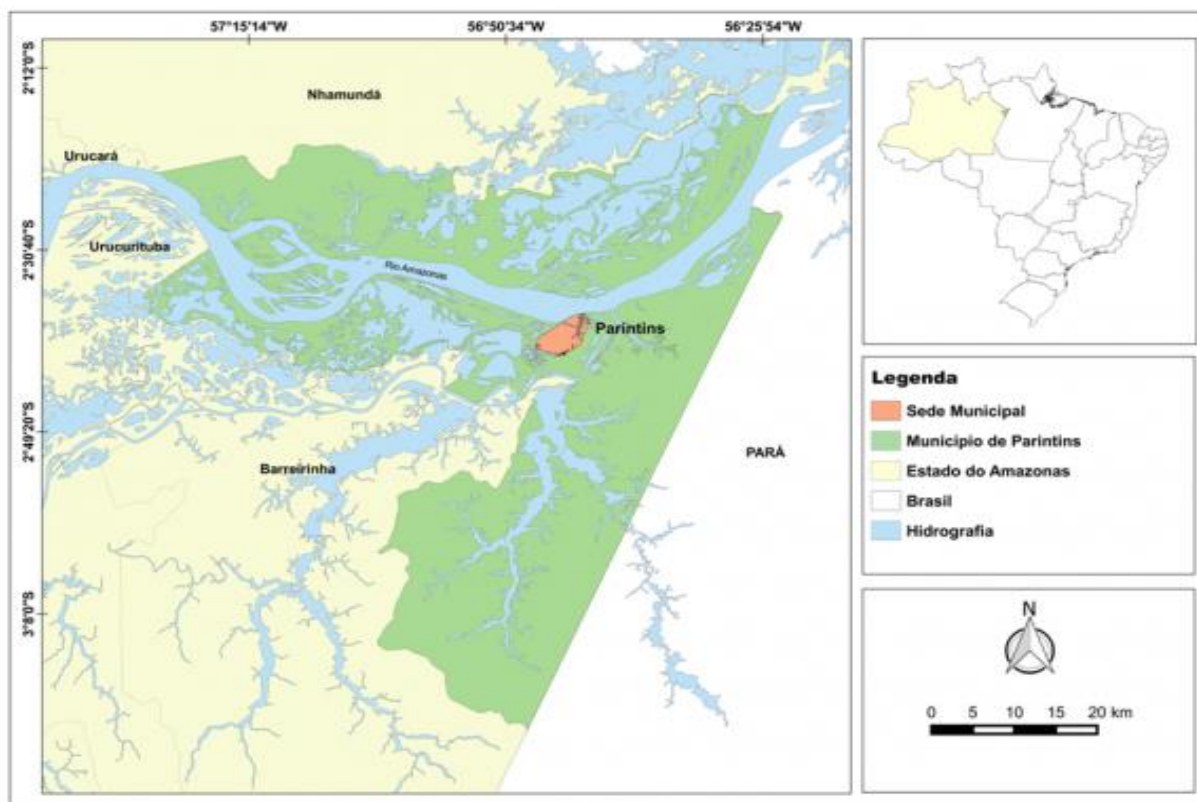
Quadro 3 – Síntese da estrutura de coleta e análise de dados objetivos

Objetivos Específicos (OE)	Objetivo Geral
	Analisar e compreender as práticas adotadas pelo Poder Executivo do município de Parintins (AM) acerca do planejamento público para a implementação de ações de enfrentamento da crise pandêmica no turismo, tendo em vista o período de suspensão das suas principais atividades.
OE1 Descrever o planejamento público turístico do município de Parintins (AM) considerando a ótica da gestão de crise, com destaque para as ações de enfrentamento da pandemia da Covid-19 no âmbito do turismo.	Abordagem: Qualitativa Descritiva com Análise de Conteúdo. Técnica: Pesquisa Documental – Documentos oficiais, Leis e Decretos Municipais, notícias publicadas na <i>web</i> e em meios de comunicação oficial do município estudado. Para a fundamentação e análise, foram pesquisados teses, dissertações, artigos e publicações disponibilizados em plataformas de pesquisa acadêmica, como Scielo, sob os termos “planejamento público turístico, gestão de crise e gestão de crises”. Tais pesquisas serviram de direcionador e base para os argumentos apresentados.
OE2 Elaborar um <i>modus</i> de gerenciamento de crises a partir do contexto local para o destino turístico de Parintins (AM).	Abordagem: Qualitativa Descritiva. Técnica: Pesquisa Documental – Documentos oficiais, Leis e Decretos Municipais, notícias publicadas na <i>web</i> e em meios de comunicação oficial do município estudado. Para a fundamentação e elaboração de um <i>modus</i> de gerenciamento de crise para o município estudado, foram pesquisados teses, dissertações, artigos e publicações disponibilizados em plataformas de pesquisa acadêmica, como Scielo, sob os termos “gerenciamento de crises e gestão de crises”.

Fonte: Elaboração do autor.

A unidade de análise é o município de Parintins (AM). A cidade está localizada na região do Baixo Amazonas (Figura 4) e é conhecida nacional e até internacionalmente pelo Festival Folclórico que acontece no mês de junho e culmina com a disputa entre os bumbás Caprichoso e Garantido. Esse festival se assemelha aos grandes eventos que ocorrem no Brasil, como a Festa do Peão (Barretos-SP), a *Oktoberfest* (Blumenau-SC) e os carnavais no restante do Brasil (AZEVEDO FILHO, 2013).

Figura 4 – Localização geográfica do município de Parintins



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), elaborado por Lauro Santarém Júnior e Crizan Souza (2018).

O município de Parintins possui uma população estimada em 116.439 (cento e dezesseis mil e quatrocentos e trinta e nove) pessoas, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³ igual a 0,658 e PIB *per capita* de R\$9.890,52 (IBGE, 2021). Sua economia é baseada na agropecuária e em serviços, em que se destaca o turismo, principalmente no período do Festival Folclórico de Parintins, que ocorre no último final de semana do mês de junho.

O município de Parintins integra o seletor grupo dos 65 municípios indutores de turismo no Brasil⁴. Além disso, possui relevante potencial turístico, o que fica evidente no

³Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para medir o grau de desenvolvimento humano básico em três dimensões básicas: renda, educação e saúde. O IDH varia de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento humano total). No município de Parintins (AM), o IDH 0,658 representa um desenvolvimento humano médio.

⁴Iniciada em 2008, a política dos Destinos Indutores pela regionalização do turismo brasileiro criou o “Estudo de Competitividade, o sistema de informações e o projeto ‘gestão de destinos’ (...); a partir desse fluxo, o destino busca a competitividade planejando, mensurando, acompanhando ações e fortalecendo os grupos gestores e, consequentemente, a gestão do turismo”. “(...) Os destinos indutores do desenvolvimento turístico regional são definidos como aqueles que dispõem de infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e, ou, distribuidor de fluxos turísticos, capazes de atrair e, ou, distribuir significativo número de turistas para o entorno e dinamizar a economia do território onde estão inseridos” (FERNANDES; CORIOLANO, 2015, p. 263 e 266).

Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional do Ministério do Turismo, publicado em 2015. Na dimensão atrativos turísticos, o município de Parintins atingiu o maior índice (66,8), ficando acima da média nacional e da média dos demais municípios (BRASIL, 2015). A partir de agosto de 2015, o Ministério do Turismo passa a adotar, por força da Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015, o sistema de categorização dos municípios, que são classificados de A a E, de acordo com a importância e relevância turísticas. Nessa concepção, o município de Parintins (AM) recebe a classificação C, conforme relatório do mapa do turismo (Figura 5).

Figura 5 – Categorização do município de Parintins (AM)

MTur - Ministério do Turismo

Categorização dos municípios das regiões turísticas do mapa do turismo brasileiro conforme Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015

Parâmetros da consulta: NORTE / AmazonasParintins

Resumo da Seleção

Categoria	A	B	C	D	E	Total
Nº de Casos	0	0	1	0	0	1
% de Casos	0.00%	0.00%	100%	0.00%	0.00%	100%

UF	Município	Região Turística	Domésticos	Internacionais	Estabelecimentos	Empregos	Arrecadação de Impostos	Categoria
AM	Parintins	Polo Satere	91.100	578	4	37	78.591	C

Fonte: MAPA DO TURISMO (2021).

Mais recentemente, em 2019, o município recebeu o Certificado de Patrimônio Cultural do Brasil concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (IPHAN, 2019). Isso é motivo significativo para dar atenção cuidadosa ao setor turístico. Cabe ressaltar que, no contexto da pandemia, Parintins foi a cidade a identificar o primeiro caso de Covid-19, simultaneamente seguido do primeiro óbito no estado do Amazonas, ocorrido em 24 de março de 2020, tendo repercussão nacional, inclusive para o turismo local (AMAZONIA REAL, 2020).

4 PLANEJAMENTO PÚBLICO TURÍSTICO E AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DA COVID-19 EM PARINTINS (AM) SOB A ÓTICA DA GESTÃO DE CRISES

No município de Parintins, o desenvolvimento de atividades turísticas segue os preceitos estabelecidos na Lei Municipal Nº 375/2006, denominada Plano Diretor do Município, a qual traz em sua Seção VI o título “Turismo”, definindo diretrizes e ações para o desenvolvimento do turismo no município. Em seu Art. 59 constam as diretrizes para o desenvolvimento sustentável das atividades turísticas, com destaque para o inciso XII, que elenca como diretrizes a implementação e gerenciamento do Plano Municipal de Turismo (PARINTINS, 2006).

SEÇÃO VI TURISMO

Art. 59. São diretrizes para desenvolver a atividade turística de forma sustentável:
[...]

XII – Implementar e gerenciar o Plano Municipal de Turismo (PARINTINS, 2006, p. 25).

O Plano Diretor especifica 12 diretrizes que devem nortear as ações de desenvolvimento do turismo no município, tendo os seguintes princípios balizadores: integrar, aproveitar, estimular, desenvolver, fortalecer, articular, conceder e implementar. Dessa forma, o Plano Diretor delinea como deve ser trabalhado o turismo no município, especificando em seu Art. 60 como devem ser implementadas as diretrizes para o desenvolvimento turístico.

Art. 60. As diretrizes para o desenvolvimento do turismo deverão ser implementadas mediante:

I – Aprimoramento e atualização dos estudos realizados para a atividade turística para elaboração do plano municipal estratégico de desenvolvimento do turismo;

II – Criação de roteiros turísticos na área urbana e rural de Parintins integrando as diversas modalidades de transporte: aéreo, rodoviário e hidroviário; [...]

XII – Reativação do Conselho Municipal de Turismo; e
(PARINTINS, 2006, p. 25-6).

Destacam-se das ações apresentadas como forma de implementação das diretrizes para o desenvolvimento do turismo o disposto no Inciso I, “aprimoramento e atualização dos estudos (...) para a elaboração do plano municipal estratégico de desenvolvimento turístico” (PARINTINS, 2006, p. 25); o disposto no Inciso II, a roteirização do turismo; e o disposto no Inciso XII, que prevê a reativação do Conselho Municipal de Turismo.

Por fim, no Art. 61 do capítulo que trata do desenvolvimento econômico, em seu Inciso III, destaca-se um dos objetivos das políticas públicas do município que é “consolidar a posição do município como ‘Centro de Referência em Turismo/Cultura’” (PARINTINS, 2006, p. 26).

Para tanto, o próprio Plano Diretor delineia as ações necessárias para alcançar o objetivo pretendido, a começar pelas 12 diretrizes norteadoras, entre as quais se destacam a implementação e gerenciamento do Plano Municipal de Turismo, em que o planejamento é o ponto de partida para a implementação e execução do que está disposto no Plano Diretor de Parintins.

Para compreender as ações ligadas ao turismo no município de Parintins (AM), principalmente no que diz respeito ao seu planejamento, é necessário entender a estrutura do Poder Executivo Municipal voltado para esse setor.

Após as pesquisas deste estudo, verificou-se que não está disponível no *site* oficial da prefeitura e nem em outro meio oficial de comunicação a Estrutura Organizacional do município e tampouco o organograma da hierarquia estabelecida a partir do Poder Executivo. Muito embora no *site* oficial haja uma seção denominada “Estrutura Organizacional”, ela remete a uma página em branco. Também há um *link* descrito como Organograma Funcional, no entanto remete a uma página restrita por *login* e senha. Na seção “Secretarias”, encontramos informações referentes à Estrutura Organizacional do município, porém se limitam à estrutura das Secretarias e não apresentam os demais órgãos que compõem a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal. Na busca pelo vocábulo “secretarias”, encontramos a disposição das Secretarias que compõem a gestão do município, conforme mostrado na Figura 6.

Diante do exposto, pode-se inferir que a estrutura administrativa direcionada ao turismo possui a estrutura hierárquica representada na Figura 7.

Nesse sentido, observa-se que o processo de planejamento do turismo no município de Parintins (AM) deve acontecer em nível de Secretaria e com a participação do Conselho Municipal do Turismo, conforme previsto no Plano Diretor reativado pela Lei nº 483/2010 – PGMP, de 03 de novembro de 2010. No entanto, embora tenha sido reativado no ano 2010 pela supracitada Lei Municipal, nesse Plano só há a menção ao Conselho Municipal de Turismo nos canais de comunicação oficial da prefeitura a partir de 2019, quando ocorreu a escolha dos membros para a composição desse Conselho para o biênio 2019/2020, conforme mostrado na Figura 8, havendo, portanto, uma lacuna quanto à sua atuação nos anos anteriores.

Figura 6 – Secretarias municipais

Ação do Dia	
Pontos de Entrega Voluntária recolhem 25 toneladas de resíduos recicláveis em 30 dias de coleta seletiva	
Secretarias	
21/03/2019	GABINETE DO PREFEITO - GAB
21/03/2019	SECRETARIA DO GABINETE CIVIL - SEGAB
21/03/2019	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGMP
21/03/2019	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGMP
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - SECOM
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
21/03/2019	AREROPORTO JÚLIO BELÉM
21/03/2019	COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS - SEFIN
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEPLAN
21/03/2019	COORDENADORIA MUNICIPAL DE TERRAS, CADASTRO E ARRECADAÇÃO - CTC
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO - SEMASTH
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS - SEMOSP
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE PECUÁRIA, AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEMPA
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE - SEDEM
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA - SEMCULT
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SENTUR
21/03/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED

Fonte: PARINTINS (2021).

Figura 7 – Estrutura organizacional ligada ao turismo



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 8 – Posse do Conselho Municipal de Turismo



Fonte: PARINTINS (2021).

De acordo com a notícia apresentada na Figura 8, por ocasião da posse dos conselheiros foi-lhes repassada a missão de acompanhar e formular novas políticas públicas municipais voltadas para o turismo. No ato da posse desse Conselho, a secretária de Turismo, a Sra. Karla Viana, destacou a importância da reativação do Conselho para o desenvolvimento turístico no município (PARINTINS, 2021).

Além de destacar a Estrutura Organizacional, cabe mencionar as ações previstas no Planejamento Plurianual (PPA) do município, sobretudo o PPA vigente no período da Pandemia da Covid-19. Assim, fez-se um apanhado de ações voltadas para o turismo previstas no PPA 2018-2021.

Criado pela Lei nº 678/2017-PGMP, o PPA do quadriênio 2018-2021 traz em seu escopo os objetivos estratégicos elencados em forma de programas e ações do Poder Executivo Municipal definidos para o período de vigência do PPA. As ações e programas constantes no PPA 2018-2021 foram organizados por diretrizes, área temática, e também estão dispostos por órgão responsável pela sua execução, conforme mostrado na Figura 9.

Figura 9 – Plano Plurianual 2018-2021

 MACRO DIRETRIZ: DIVERSIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO ECONÔMICO ÁREA TEMÁTICA: TURISMO TIPO DE PROGRAMA: APOIO ADMINISTRATIVO OBJETIVO: PROVER A UNIDADE ADMINISTRATIVA COM OS MATERIAIS, SERVIÇOS, PESSOAL E DEMAIS ITENS PARA A MANUTENÇÃO DO ÓRGÃO PROGRAMA: PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL E REGIONAL (GESTÃO) ÓRGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO PÚBLICO ALVO: USUÁRIOS DA SECRETARIA INDICADORES: INVESTIMENTO ORGANIZACIONAL 			
AÇÃO	PRODUTO	MEDIDA	META FÍSICA
Atendimento com despesas com folha de pagamento de servidores;	Folhas de pagamento atendidas	Und.	52
Aquisição e reposição de equipamentos e material permanente;	Equipamentos e materiais adquiridos	Und.	40
Capacitação dos servidores;	Capacitação realizada	Und.	30

Fonte: PARINTINS (2021).

Foram identificadas 34 ações registradas sob a demanda da Secretaria Municipal de Turismo. Entre essas ações, destacam-se a reativação do Conselho Municipal de Turismo e a criação do Fundo Municipal de Turismo, além da revisão do Plano de Ordenamento Turístico do Município de Parintins; ações essas previstas como diretrizes para o desenvolvimento do turismo no Plano Diretor, conforme ilustrado na Figura 10.

Figura 10 – Ações voltadas ao turismo no PPA 2018-2021

 MACRO DIRETRIZ: DIVERSIFICAÇÃO E FORTALECIMENTO ECONÔMICO ÁREA TEMÁTICA: TURISMO TIPO DE PROGRAMA: FINALÍSTICO OBJETIVO: CONSOLIDAR E AMPLIAR A ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO, COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO GERADOR DE EMPREGO, DE MELHORIA NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DE PRESERVAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL E DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL PROGRAMA: PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO LOCAL E REGIONAL ORGÃO RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO PÚBLICO ALVO: POPULAÇÃO EM GERAL INDICADORES: CRESCIMENTO ECONÔMICO LIGADO AO TURISMO 			
AÇÃO	PRODUTO	MEDIDA	META FÍSICA
Reativação do Conselho Municipal de Turismo e Criação do Fundo Municipal de Turismo (com CNPJ próprio);	Conselho e Fundo de Turismo	Und.	1
Revisar o Plano de Ordenamento Turístico do Município de Parintins;	Plano revisado	Und.	1
Implementar o Turismo de Base nas Comunidades Rurourbana (Aninga, Paranema, Macurany, Zé Açú e Região da Valéria);	Parceria com Instituições Públicas e Privadas	Und.	6
Realizar estudo de Roteirização nas Comunidades do Aninga, Paranema, Macurany, Região da Valéria, Vila Amazônia, Mocambo e Caburi dentro do Plano do Ministério do Turismo – 65 Municípios Indutores no Brasil;	Parceria com Instituições Públicas e Privadas	Und.	1
Realizar levantamento de informações turísticas e criar um banco de dados em parceria com UFAM, UEA, IFAM, Sebrae, Senai, Sesi, SEC, CETAM, AMAZONASTUR, SEBRAE e SENAC;	Levantamento realizado	Und.	1

Fonte: PARINTINS (2021).

Diante do exposto, pode-se inferir que o PPA 2018-2021 reunia as ações necessárias para a elaboração, implementação e gerenciamento do Plano Municipal de Turismo, conforme previsto no seu Plano Diretor.

No ano 2019, conforme supracitado, foi dada posse ao Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Com a reativação do COMTUR, a Secretaria de Turismo iniciou os trabalhos de elaboração e implantação do Plano Municipal de Turismo que estava previsto para 2020. No entanto, conforme noticiado no *site* oficial da prefeitura, teve-se a pretensão de fazer uma reorganização do COMTUR para a inclusão de representantes de setores estratégicos da sociedade, a fim de discutir e elaborar um novo Plano Municipal de Turismo para o pós-pandemia, uma vez que, devido ao atual cenário pandêmico, não houve a homologação e implantação desse Plano em 2020, como era planejado.

Nesse ponto, percebe-se que, quanto ao planejamento turístico municipal, o Poder Executivo ainda não conseguiu implementar um planejamento efetivo, o que certamente dificulta a efetivação de políticas públicas direcionadas para o desenvolvimento do turismo no município. Isso por que o planejamento é essencial para o melhor direcionamento dos recursos disponíveis, bem como para nortear e coordenar as ações dos diversos *stakeholders*

envolvidos no *trade* turístico. No tocante às ações do Poder Executivo Municipal em relação ao turismo, elas são esporádicas e específicas, de acordo com os eventos que ocorrem na cidade, conforme visto no PPA 2018-2021. Assim, cabe à Secretaria Municipal de Turismo o levantamento das ações necessárias para os anos seguintes, em geral relacionadas ao calendário de eventos do município, ao cadastramento dessas ações no PPA e ao acompanhamento e execução das ações propostas.

Quanto ao assunto em voga pela pandemia, mais especificamente a gestão de crises, é redundante relatar que sem o devido planejamento a própria discussão a respeito das ações destinadas a minimizar ou reparar os impactos de um evento adverso como a pandemia da Covid-19 concorre para seu insucesso. Não há como discutir gestão de crise enquanto não houver planejamento definido, enquanto não houver ações coordenadas e direcionadas e enquanto não existirem políticas públicas voltadas para o turismo materializadas em um Plano Municipal de Turismo. Nesse sentido, percebe-se a presença de disfunções da burocracia, no sentido de postergar ações mesmo que previstas e necessárias, como o planejamento.

Durante o período de estudo desta pesquisa, de 11 de março de 2020 a 11 de março de 2021, o Poder Executivo Municipal, por meio da Coordenadoria de Vigilância em Saúde, elaborou o “PLANO DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO MUNICÍPIO DE PARINTINS 2020”. Trata-se de um documento norteador das ações na área de saúde com o objetivo de:

(...) estabelecer plano de resposta rápida para vigilância da emergência de saúde pública causada pelo novo Coronavírus 2019 (COVID-19) no município de Parintins, tendo vista que o município está inserido na rota de cruzeiros transatlânticos, realiza eventos de massa como Carnailha e Festival Folclórico (PARINTINS, 2020, p. 5).

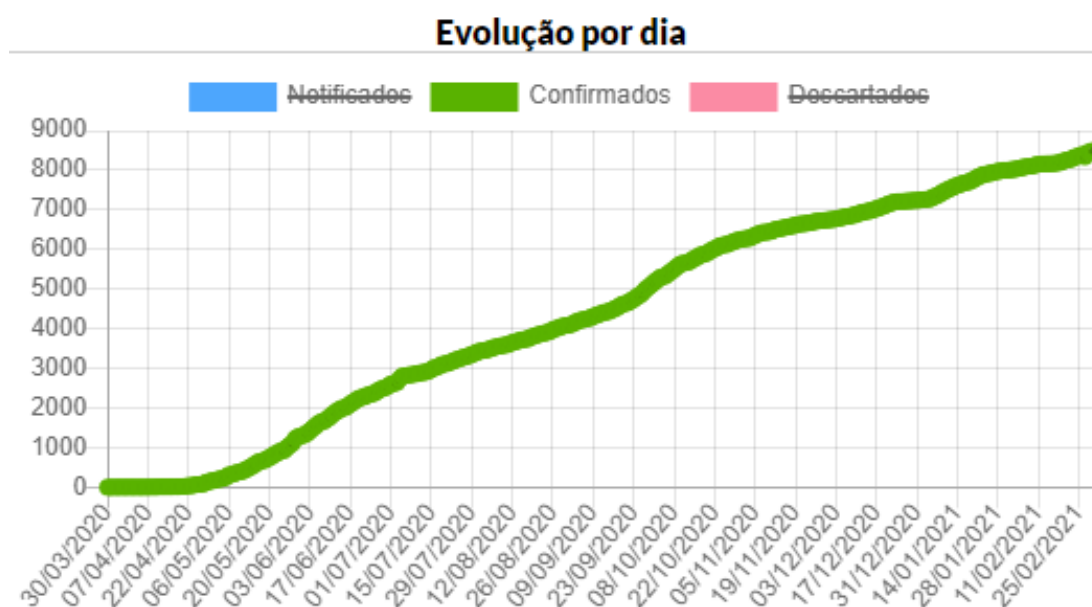
Com base nas orientações do Ministério da Saúde (MS) e das orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) à época, esse documento orienta quanto aos procedimentos necessários para a identificação, diagnósticos e cuidados relacionados à Covid-19, bem como recomenda a criação de um Comitê para o enfrentamento à Covid-19 no município.

Não se identificou na Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal algum órgão ou setor permanente responsável pelo gerenciamento de crises no município que pudesse realizar estudos e elaborar planejamento de ações voltadas para o gerenciamento de risco e, ou, gestão de crises. Durante a pandemia da Covid-19 e por recomendação do Plano de Enfrentamento ao Coronavírus, foi criado um **Comitê temporário para o enfrentamento**

à **Covid-19**, sendo as ações e deliberações desse Comitê apenas no âmbito de apresentar respostas rápidas nas situações que se apresentavam diante da crise sanitária que já estava em curso, não havendo planejamento efetivo, criação de programas e treinamentos para atuação em contexto de crise como a causada pela pandemia da Covid-19.

Entre as ações de enfrentamento à crise pandêmica da Covid-19, destacam-se o acompanhamento dos casos e a evolução da crise em território parintinense por boletins diários, o que permitiu o monitoramento da evolução da pandemia em Parintins, conforme ilustra a Figura 11.

Figura 11 – Evolução dos casos confirmados de Covid-19 em Parintins



Fonte: PARINTINS (2021).

Os boletins epidemiológicos diários mantinham informados tanto a população local quanto os turistas sobre a evolução da Covid-19 em Parintins. Com o agravamento da crise, os boletins passaram a apresentar, além das informações básicas quanto aos casos notificados, o número de pacientes que necessitaram ser transferidos para unidades de saúde da capital do estado, uma vez que o município não possuía Unidades de Tratamento Intensivo (UTI).

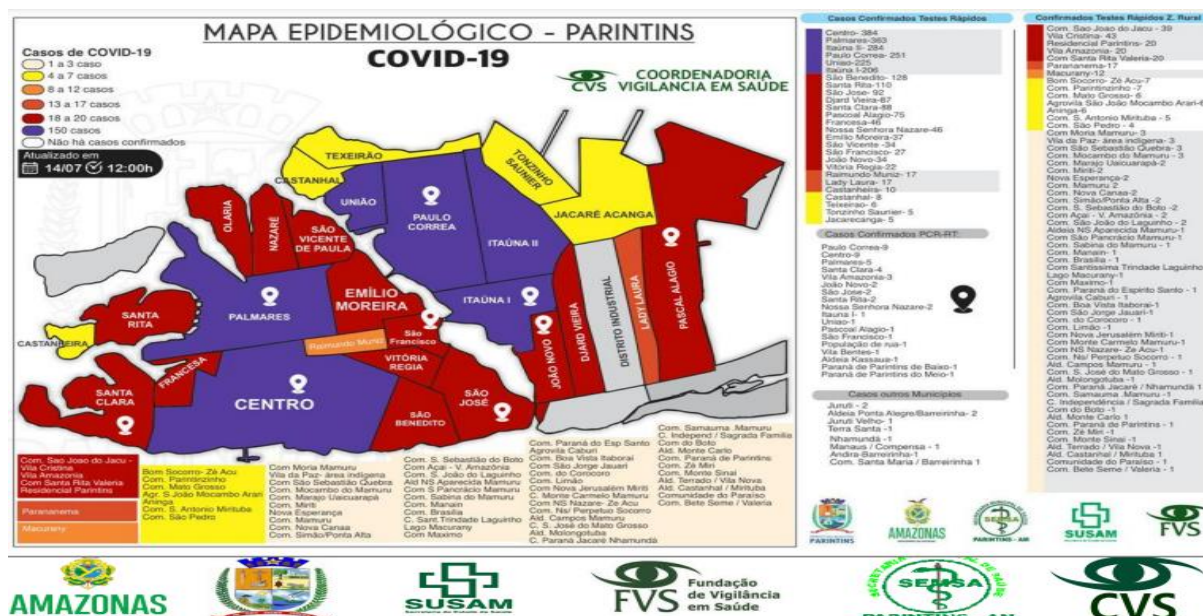
Ainda com relação ao monitoramento da evolução da crise causada pela Covid-19, a Fundação de Vigilância em Saúde (FVS), em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), no período de 21 de abril a 14 de julho de 2020, mapeou os casos da doença para fins de acompanhamento e monitoramento da evolução da crise, conforme ilustrado nas Figuras 12 e 13.

Figura 12 – Primeiro Mapa de Monitoramento da Covid-19 em Parintins (21/04/2020)



Fonte: PARINTINS (2021).

Figura 13 – Último Mapa de Monitoramento da Covid-19 em Parintins (14/07/2020)



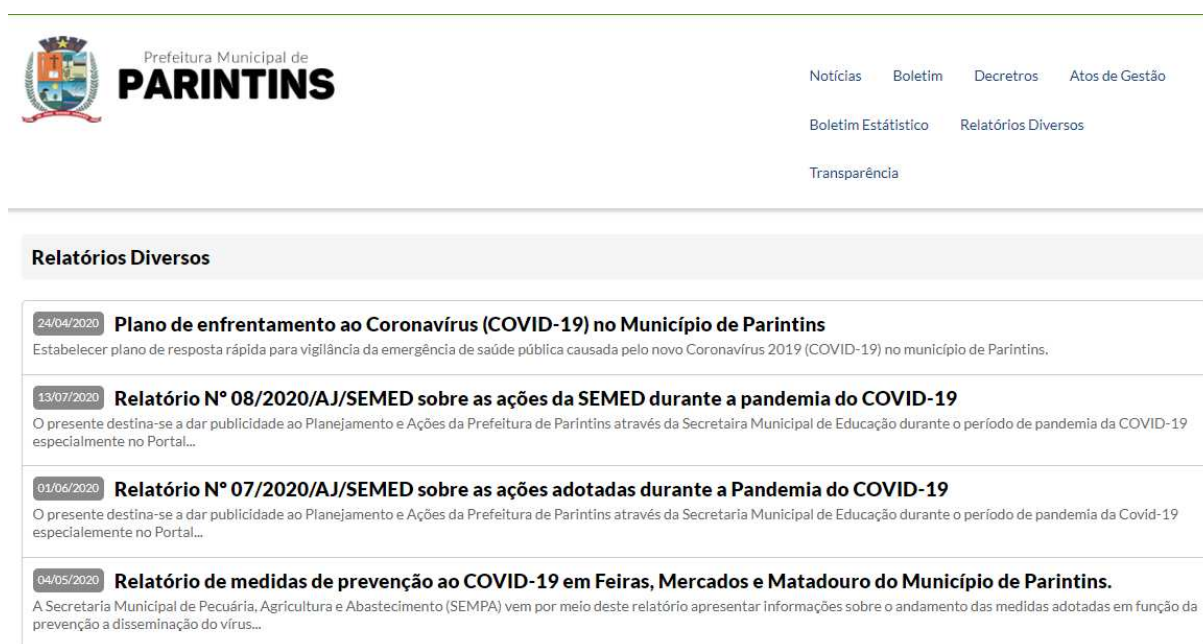
Fonte: PARINTINS (2021).

Destaca-se que, das fases de gerenciamento de crises, como as fases de mitigação, preparação, resposta e reparação, o Poder Executivo Municipal concentrou suas ações na fase de resposta, conforme evidenciado pelas ações apresentadas até aqui. Não se encontraram evidências de ações realizadas nas demais fases do gerenciamento de crises. Em parte, devido

à constatação de não ter havido a formação de um comitê, conselho, órgão ou setor que respondessem pelo gerenciamento da própria pandemia em curso, mesmo assim foi sugerida no Plano de Enfrentamento ao Coronavírus a criação de uma sala para análise e monitoramento da crise (PARINTINS, 2020).

As ações de enfrentamento à Covid-19 se mantiveram quase que restritas à Secretaria de Saúde (SEMSA) e ao próprio Gabinete do Prefeito, com raras exceções da participação de outras Secretarias, o que foi constatado nos relatórios de ações apresentados durante a pandemia (Figura 13), em que são destacadas ações da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e da Secretaria Municipal de Pecuária, Agricultura e Abastecimento (SEMPA). É digno de nota o fato de que não há registro de ações da Secretaria de Turismo durante o período da pandemia, conforme evidenciado na Figura 14.

Figura 14 – Relatórios de ações das Secretarias Municipais durante a pandemia da Covid-19



Fonte: PARINTINS (2021).

Dessa forma, evidencia-se a participação ínfima dos setores e órgãos do Poder Executivo Municipal ligados ao turismo nas ações de enfrentamento à Covid-19, quer na forma da Secretaria Municipal de Turismo, quer no Conselho Municipal de Turismo. Não havia representantes desses órgãos no Comitê de Enfrentamento à Covid-19. Após inúmeras pesquisas no sítio institucional da prefeitura, nas redes e mídias sociais, nos veículos de notícias, nos órgãos e instâncias vinculados ao Executivo Municipal e de turismo, não foram encontrados registros de atuação desses setores durante a pandemia.

Quanto ao gerenciamento de crise no setor de turismo do município em foco durante a pandemia da Covid-19, tendo em vista os dados coletados e analisados, constatou-se que essa ação não foi efetiva. O que se fez foram ações tomadas como forma de resposta rápida à medida que a crise causada pela pandemia se intensificava no município. Essas deliberações foram adotadas mediante decretos do Executivo Municipal, com ações voltadas para o distanciamento social como medida de conter a proliferação e avanço da enfermidade no município (PARINTINS, 2021). Tais determinações restritivas tiveram efeitos diretos no *trade* turístico, como fechamento de estabelecimentos comerciais, proibição de voos, proibição de viagens fluviais, toque de recolher e fechamento de bares. São apresentados no Quadro 4 os principais decretos com implicação direta sobre o turismo no município durante a pandemia da Covid-19.

Quadro 4 – Síntese dos decretos que afetaram diretamente o turismo durante a Pandemia da Covid-19

Data	Decreto municipal (DM)	Ação de impacto sobre o turismo
16.03.2020	015/2020-PGMP	Suspensão de eventos e reuniões com aglomeração.
20.03.2020	017/2020-PGMP	Suspensão de eventos de qualquer natureza. Suspensão de ancoragem de navios turísticos. Suspensão de atividades de bares, lanchonetes e restaurantes pelo prazo de 15 dias.
24.03.2020	018/2020-PGMP	Suspensão de parques de diversão. Suspensão do transporte fluvial de passageiros. Suspensão do funcionamento de estabelecimentos destinados a recreação e lazer.
25.03.2020	019/2020-PGMP	Limitação de circulação por meio do toque de recolher.
30.03.2020	021/2020-PGMP	Limitação de circulação por meio do toque de recolher.
14.04.2020	029/2020-PGMP	Suspensão de voos para transporte de passageiros.
06.05.2020	042/2020-PGMP	Proibição da comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos no município de Parintins.
09.02.2021	051/2021-PGMP	Alteração no horário do toque de recolher.
25.02.2021	060/2021-PGMP	Alteração no horário do toque de recolher.
08.03.2021	065/2021-PGMP	Alteração no horário do toque de recolher.

Fonte: Elaboração pelo autor.

As ações adotadas pelo Executivo Municipal estão disponíveis no *site* criado pela prefeitura para divulgar e informar sobre as ações de combate à pandemia da Covid-19, disponíveis no endereço <https://coronavirus.parintins.am.gov.br/>, bem como na página da prefeitura no *Facebook*: <https://web.facebook.com/PrefeituraOficialParintins>. Apresenta-se na Figura 15 o extrato das ações adotadas pelo Poder Executivo Municipal no período de 11 de março de 2020 a 11 de março de 2021, com destaque especial para as ações que tiveram impactos diretos ou indiretos sobre as atividades turísticas.

Figura 15 – Publicidade das ações de enfrentamento à Covid-19

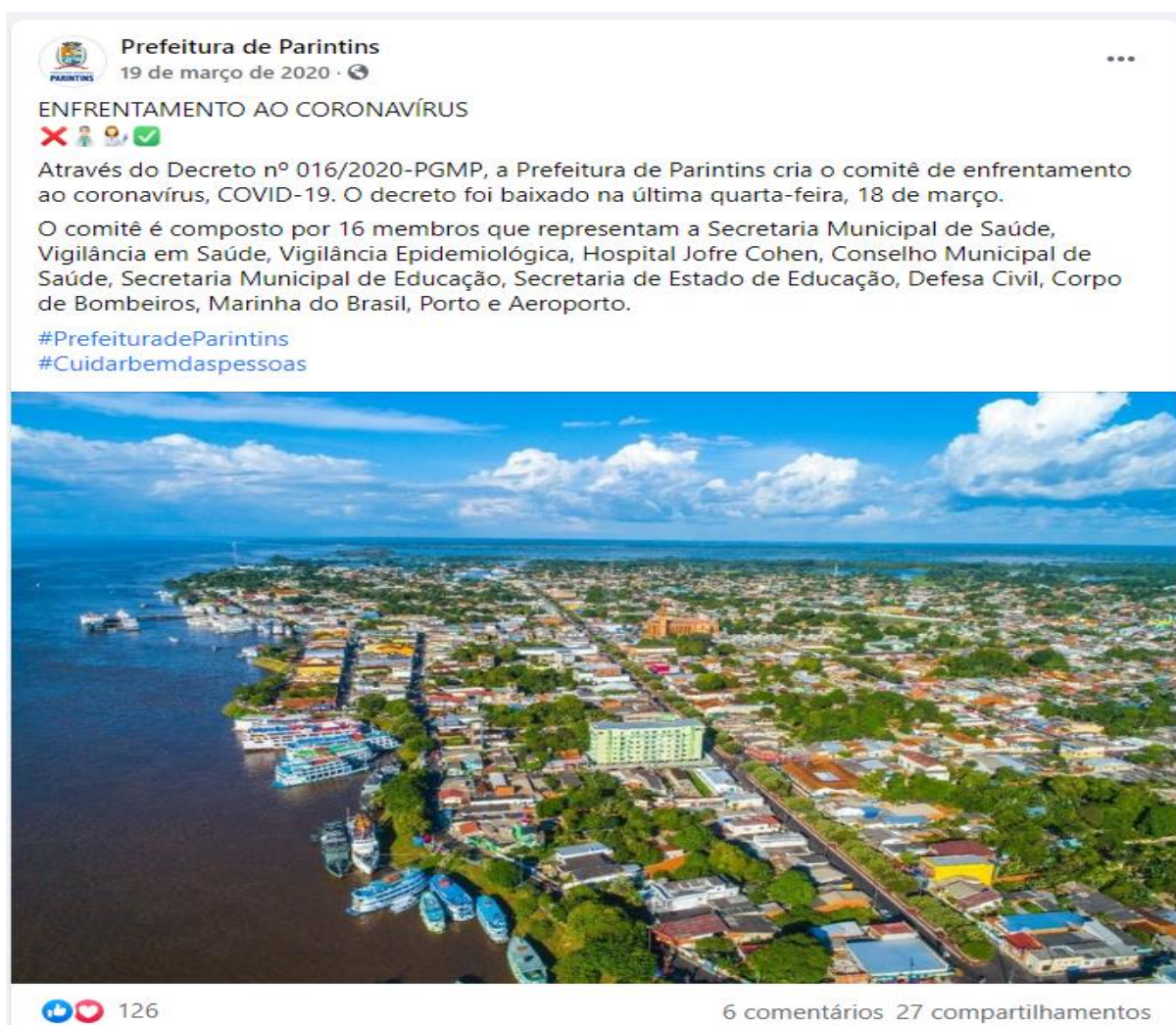


Fonte: Sítio da Prefeitura Municipal de Parintins (2021).

Observa-se que as ações de enfrentamento à pandemia começaram com o Decreto nº 014/2020-PGMP, de 16 de março de 2020, que declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Parintins e dispõe sobre medidas de enfrentamento à pandemia provocada pelo coronavírus (Covid-19).

Na sequência, destaca-se o Decreto nº 016/2020-PGMP, de 18 de março de 2020, que nomeia o Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19), noticiado na página oficial da prefeitura no *Facebook* (Figura 16).

Figura 16 – Publicidade da criação do Comitê de Enfrentamento à Covid-19



Fonte: Página Oficial da Prefeitura de Parintins no *Facebook* (2021).

À medida que os casos de diagnóstico de Covid-19 foram se confirmando, novas medidas foram sendo adotadas, com destaque para o Decreto nº 017C/2020-PGMP, de 23 de março de 2020. Esse documento declara Estado de Calamidade Pública, para os fins do Art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, em razão da grave crise de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19. Dessa forma, percebe-se a evolução da gravidade da doença, pois de Estado de Emergência em Saúde passou para Estado de Calamidade Pública, evidenciando-se, assim, a gravidade da situação enfrentada e a disseminação do vírus no município.

No dia 21 de março de 2020, um dos primeiros pacientes diagnosticados com Covid-19 no município de Parintins (AM) foi transferido para a capital Manaus em estado grave, o qual viria a ser a primeira vítima fatal da doença no estado do Amazonas. Até esse episódio,

Amazonas registrava sete casos confirmados, mas nenhum com quadro grave. No entanto, com a repercussão desse caso grave de Covid-19, o Poder Executivo Estadual começou a agir de forma mais enérgica, conforme ilustrado na Figura 17.

Figura 17 – Ações de combate à Covid-19 pelo governo do estado do Amazonas

Governo decreta estado de calamidade pública no AM e impõe fechamento do comércio

Clínicas e consultórios médicos deverão atender exclusivamente casos de emergência.

Por G1 AM

23/03/2020 18h37 - Atualizado há um ano



Governo do Amazonas decreta estado de calamidade pública por conta do novo coronavírus — Fotos: Reprodução/Internet

Fonte: G1 AMAZONAS (2021).

Com o Decreto Estadual nº 42.100, de 23 de março de 2020, o Comitê de Enfrentamento à Covid-19 do Município de Parintins (AM) decide, em 23 de março, aplicar medidas mais rígidas para conter a disseminação do vírus, com a adoção do toque de recolher. No entanto, em 24 de março veio a óbito a primeira vítima fatal da Covid-19 no estado do Amazonas, proveniente do município de Parintins, com repercussão na mídia nacional (Figura 18).

Figura 18 – Notícia da primeira morte por Covid-19 no Amazonas



Fonte: G1 AMAZONAS (2021).

Com a repercussão nacional da primeira fatalidade, o Comitê Local reuniu-se para discutir medidas mais restritivas, o que resultou no Decreto nº 019/2020-PGMP, de 25 de março de 2020, que estabelece o toque de recolher no perímetro urbano do município de Parintins, limitando a circulação de pessoas no horário das 20 h às 6 h. Essa foi a primeira medida que teve forte impacto nas atividades turísticas do município, pois esse Decreto, além de limitar a circulação de pessoas, ordenava o fechamento de estabelecimentos comerciais de atendimento ao público, afetando diretamente bares, lanchonetes, restaurantes e demais organizações relacionadas a atividades de lazer. Para se ter uma visão geral e cronológica dos acontecimentos e ações do Poder Executivo Municipal, são apresentados no Quadro 5 os principais eventos relacionados à pandemia da Covid-19 e as ações da prefeitura, por ordem de acontecimentos.

Quadro 5 – Evolução da Covid-19 em Parintins (AM) e ações do Executivo Municipal

Data	Evolução da Covid-19	Ação da prefeitura
Dez./2019	Primeiros casos de uma nova doença respiratória noticiados na China.	-
30/01/2020	OMS decreta Emergência em Saúde Pública de interesse internacional.	-
03/02/2020	MS decreta Estado de Emergência em Saúde de importância nacional.	-
06/02/2020	Lei Federal nº 13.979/20 dispõe sobre medidas de enfrentamento da emergência decorrente do novo coronavírus.	-
26/02/2020	Primeiro caso de Covid-19 confirmado no Brasil.	-
11/03/2020	OMS declara a pandemia da Covid-19.	-
13/03/2020	Primeiro caso de Covid-19 confirmado no estado do Amazonas.	-
16/03/2020	Brasil registra 234 casos confirmados de Covid-19 espalhados em 15 estados e no Distrito Federal, sendo o Amazonas um desses estados.	Decreto nº 014/2020: Declara Situação de Emergência em Saúde Pública. Decreto nº 015/2020: Regulamenta medidas temporárias para enfrentamento da emergência em saúde.
18/03/2020	Amazonas registra o segundo caso confirmado de Covid-19 e 33 casos suspeitos.	Decreto nº 016/2020: Nomeia o Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19).
20/03/2020	Amazonas registra sete casos confirmados de Covid-19 e 13 casos suspeitos.	Decreto nº 017/2020: Suspensão de eventos de qualquer natureza; Suspensão de ancoragem de navios turísticos; e Suspensão de atividades de bares, lanchonetes e restaurantes pelo prazo de 15 dias.
22/03/2020	Parintins registra o primeiro caso confirmado de Covid-19.	-
24/03/2020	Registro do primeiro falecimento por Covid-19 no estado do Amazonas, paciente esse transferido de Parintins.	Decreto nº 018/2020: Suspensão de parques de diversão; Suspensão do transporte fluvial de passageiros; e Suspensão do funcionamento de estabelecimentos destinados à recreação e ao lazer.
25/03/2020	Repercussão nacional da primeira fatalidade por Covid-19 do Amazonas.	Decreto nº 019/2020: Limitação de circulação pelo toque de recolher.

Continua...

Quadro 5 –Continuação

Data	Evolução da Covid-19	Ação da prefeitura
29/03/2020	Brasil registra 4.233 casos confirmados e 137 mortes por Covid-19. Amazonas registra 140 casos confirmados de Covid-19. Parintins registra dois casos confirmados de coronavírus.	Elaboração do Plano de Enfrentamento ao Coronavírus (Covid-19) no município de Parintins 2020.
08/04/2020	Parintins registra seis casos confirmados de Covid-19 e registra o segundo óbito.	-
12/04/2020	Parintins registra 11 casos confirmados de Covid-19 e três óbitos.	-
13/04/2020	Parintins registra 11 casos confirmados de coronavírus e três óbitos.	Decreto nº 027/2020: Dispõe sobre o uso massivo de máscaras e condutas de higiene a serem observadas pelos estabelecimentos, em face da pandemia da Covid-19.
14.04.2020	Parintins registra 11 casos confirmados da doença e três óbitos.	Decreto nº 029/2020: Suspensão de voos para transporte de passageiros.
20/04/2020	Sobe para 21 o número de casos confirmados de Covid-19.	Decreto nº 030/2020: Dispõe sobre a adoção, no âmbito das instituições bancárias, de loterias e do comportamento dos consumidores, de medidas temporárias de prevenção para conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19).
21/04/2020	Sobe para 29 o número de casos confirmados de coronavírus.	Monitoramento pelo mapa epidemiológico.
06/05/2020	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 311 e de óbitos, 21.	Decreto nº 042/2020: Proibição da comercialização e do consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos no município de Parintins.
25/06/2020	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 2.365.	Decreto nº 055/2020: Dispõe sobre a prorrogação e alteração do toque de recolher no município de Parintins.
10/07/2020	Número de casos confirmados de coronavírus chega a 2.866.	Decreto nº 060/2020: Dispõe sobre a prorrogação do toque de recolher e a flexibilização dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.

Continua...

Quadro 5 –Continuação

Data	Evolução da Covid-19	Ação da prefeitura
25/07/2020	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 3.253.	Decreto nº 063/2020: Dispõe sobre a prorrogação do toque de recolher e a flexibilização dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.
08/08/2020	Número de casos confirmados da doença chega a 3.569.	Decreto nº 067/2020: Dispõe sobre a prorrogação do toque de recolher e a flexibilização dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.
21/08/2020	Número de casos confirmados de coronavírus chega a 3.851.	Decreto nº 073/2020: Dispõe sobre a prorrogação do toque de recolher e a flexibilização dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.
04/09/2020	Número de casos confirmados da doença chega a 4.205.	Decreto nº 075/2020: Prorroga os termos do Decreto Municipal nº 073/2020.
09/09/2020	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 4.313.	Decreto nº 075/2020: Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate à Covid-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.
24/09/2020	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 4.799.	Decreto nº 079/2020: Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate à Covid-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.
30/09/2020	Número de casos confirmados da doença chega a 5.105.	Decreto nº 081/2020: Dispõe sobre o uso obrigatório e por tempo indeterminado de mascaras no âmbito do município de Parintins e prorroga os efeitos dos Decretos nº 027/2020-PGMP e nº 057/2020-PGMP.
13/10/2020	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 5.682.	Decreto nº 081/2020: Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate à Covid-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.

Continua...

Quadro 5 –Continuação

Data	Evolução da Covid-19	Ação da prefeitura
17/11/2020	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 6.583.	Decreto nº 096/2020: Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate à Covid-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.
01/12/2020	Número de casos confirmados da doença chega a 6.752.	Decreto nº 099/2020: Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate à Covid-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.
16/12/2020	Número de casos confirmados de coronavírus chega a 7.009.	Decreto nº 104/2020: Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate à Covid-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP.
09/01/2021	Número de casos confirmados da doença chega a 7.454.	Decreto nº 028/2021: Dispõe sobre a alteração do toque de recolher no município de Parintins.
13/01/2021	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 7.593.	Decreto nº 032/2021: Altera os termos do Decreto Municipal nº 028/2021-PGMP e suspende a aplicação da prova do Enem no município de Parintins.
09/02/2021	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 8.109.	Decreto nº 051/2021: Dispõe sobre a alteração do toque de recolher no município de Parintins.
25/02/2021	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 8.362.	Decreto nº 060/2021: Dispõe sobre a alteração do toque de recolher no município de Parintins.
08/03/2021	Número de casos confirmados da doença chega a 8.588.	Decreto nº 065/2021: Dispõe sobre a alteração do toque de recolher no município de Parintins.
09/03/2021	Número de casos confirmados de Covid-19 chega a 8.610.	Decreto nº 065/2021: Altera o Decreto Municipal nº 065/2021-PGMP, que dispõe sobre o toque de recolher no município de Parintins.

Fonte: Elaboração do autor, com base nos dados da pesquisa.

Com base nas informações do Quadro 5, pode-se inferir que as ações da prefeitura durante a pandemia foram determinadas pelos acontecimentos, principalmente os adversos. Além disso, nota-se a inércia do Executivo Municipal no período de dezembro de 2019, quando noticiados os primeiros casos de Covid-19 na China até o início de março de 2020, por ocasião do aparecimento dos primeiros casos da doença no município. A sequência que se apresenta destaca que, à medida que a doença se espalhava pelo município, medidas cada vez mais rígidas iam sendo tomadas como resposta, sem planejamento prévio, a ponto de as ações da prefeitura no segundo semestre de 2020 estarem concentradas na manutenção do toque de recolher, conforme evidenciado no Quadro 5, evidenciando o imprevisto (ROSA, 2001).

Vale destacar que, entre as ações de enfrentamento à Covid-19 que afetaram a realização de atividades turísticas no município de Parintins, os decretos estaduais que limitaram a circulação de passageiros em veículos intermunicipais e interestaduais foram os de nº 43.450, de 19/02/2021; e nº 43.522, de 05/03/2021. Essa ação do governo estadual dificultou as atividades de turismo no município de Parintins, uma vez que os turistas estavam impedidos de viajar por força desses decretos.

Nos decretos analisados, não se encontrou nenhuma ação voltada para ações de apoio ao turismo no município de Parintins, o qual esteve praticamente parado durante o ano 2020, uma vez que todos os principais eventos foram cancelados, exceto o Carnailha, realizado em fevereiro. No entanto, a principal atração turística de Parintins, o Festival Folclórico de Parintins, teve sua edição de 2020 adiada de junho de 2020 para uma possível realização em novembro desse mesmo ano e, por fim, foi cancelado por conta do agravamento da pandemia.

Percebe-se, dessa forma, que as ações de enfrentamento à Covid-19, em alguns momentos, paralisaram as atividades turísticas no município, com destaque para as ações movidas pelos Decretos nº 017/2020, nº 018/2020 e nº 029/2020, que suspenderam o transporte de passageiros, fluvial e aéreo, para o município. Sendo Parintins uma ilha, esses são os únicos meios de transporte até o município. Dessa forma, durante a vigência das ações desses decretos, não houve visitantes viajando para Parintins, o que dificultou a realização de atividades turísticas. Arelado às demais ações limitadoras, como suspensão de eventos, fechamento de bares, restaurantes e lanchonetes e a adoção do toque de recolher que, em seu ponto mais rígido, limitou a circulação no perímetro urbano nos horários das 6 h às 15 h. Dessa forma, evidencia-se que, durante o período da pandemia da Covid-19, as atividades turísticas praticamente ficaram suspensas até as flexibilizações deliberadas pelos decretos de março de 2021.

Ainda sem um Plano Municipal de Turismo, o município de Parintins defronta com a necessidade de readequar as estruturas públicas para a retomada do *trade* turístico. Em um dos passos nessa direção foi noticiada a reestruturação do COMTUR. Espera-se que na reestruturação do Conselho Municipal de Turismo ocorra a inclusão de setores da saúde e bem-estar social para traçar diretrizes **para a retomada do turismo** no município e planejar ações de gerenciamento de crise.

Mesmo com as ações noticiadas, o caminho até a retomada segura das atividades turísticas ainda é longo. E o Poder Executivo Municipal tem incentivado e intensificado a vacinação da população no intuito de acelerar o processo de imunização, possibilitando, assim, um ambiente mais seguro para a retomada das atividades econômicas, principalmente aquelas relacionadas ao *trade* turístico (PARINTINS, 2021).

5 *MODUS* DE GERENCIAMENTO DE CRISE PARA PARINTINS (AM)

A pandemia causada pela Covid-19 tornou evidente a necessidade da adoção de medidas de gerenciamento de crise, sobretudo nas ações do poder público. O planejamento de ações coordenadas visando ao desenvolvimento sustentável faz toda a diferença no enfrentamento de crises epidemiológicas, como a que estamos vivenciando com a Covid-19.

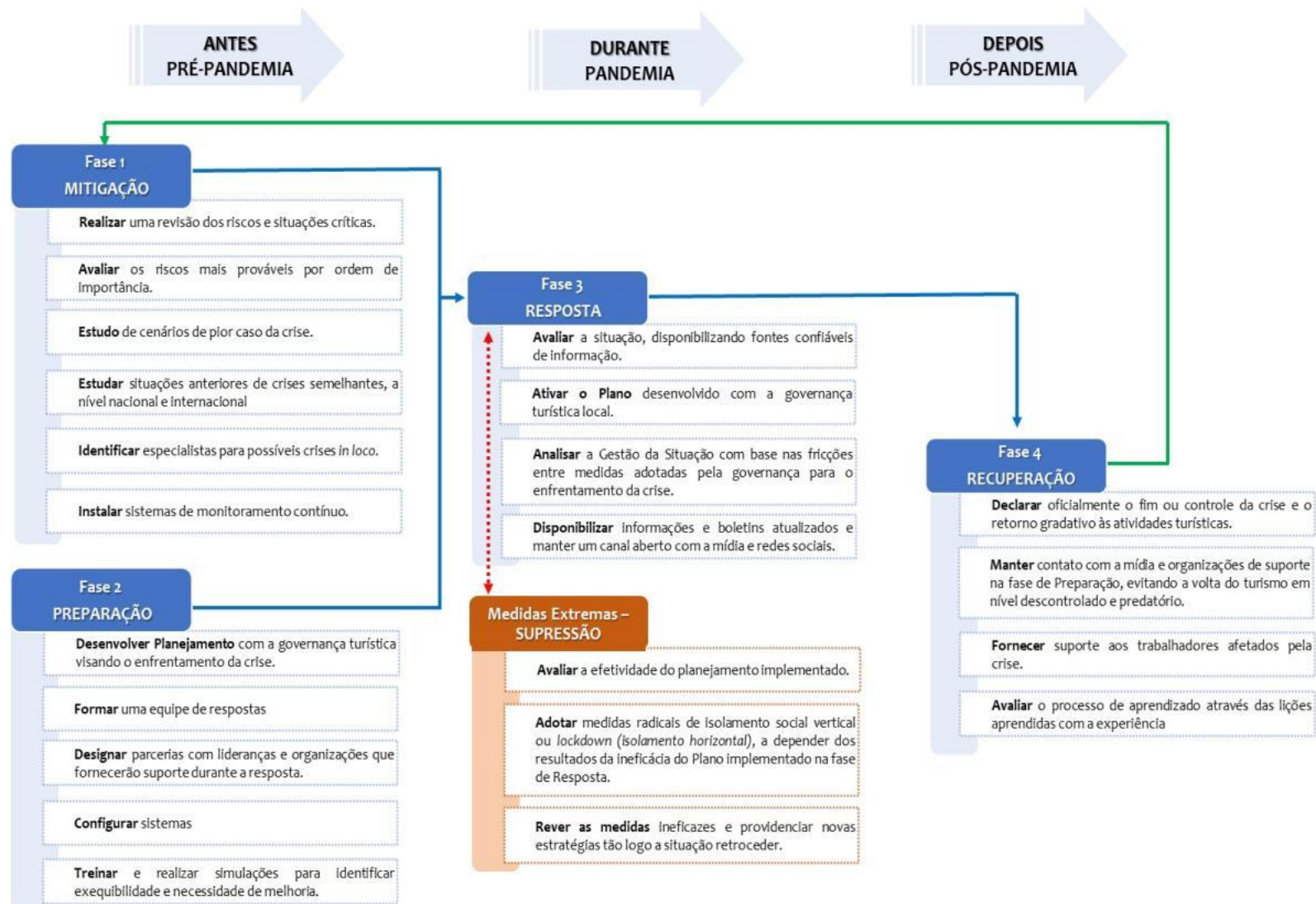
O planejamento das ações dos agentes públicos deve estar embasado no processo de gerenciamento de crise. É preciso aprender com as crises anteriores e com a atual, para se chegar a um *modus* de gerenciamento de crise, ainda mais em se tratando das atividades turísticas que dependem da mobilidade de turistas. Tal fato em épocas de crises epidemiológicas, como a da Covid-19, constitui um grande desafio para proporcionar essa mobilidade e bem-estar não só aos turistas, como também à população local, uma vez que o trânsito de pessoas pode ser um agente de disseminação do vírus.

Entre os desafios para o gerenciamento de destinos turísticos, como é o caso de Parintins (AM), destaca-se o processo de retomadas das atividades, ou a volta da chamada “normalidade”. Assim, de um lado, ainda pairam as incertezas evidenciadas pela crise epidemiológica, como o medo de contaminação, as dificuldades para readaptar às rotinas e, de outro lado, quanto ao turismo, flutuam as incertezas sobre a retomada do fluxo turístico.

Dessa forma, destaca-se a necessidade de liderança, sobretudo de coordenação da retomada das atividades pelo poder público, mediante o planejamento participativo da comunidade. Nessa direção, a participação dos diversos agentes sociais é imprescindível para uma boa governança turística, principalmente que sejam levados em consideração todos os aspectos possíveis para o desenvolvimento sustentável e com segurança.

Apresenta-se, na sequência, um esquema de *modus* de gerenciamento de crises para destinos turísticos, onde se desdobram em ações as fases de gerenciamento de crise proposto por Mediotte *et al.* (2021), com base em Gladu (2003), como apresentado na Figura 19.

Figura 19 – *Modus* de gerenciamento de crises para destinos turísticos



Fonte: MEDIOTTE *et al.* (2021).

O *modus* de gerenciamento de crises é dividido em quatro fases distintas e complementares, a saber: as fases de mitigação, preparação, resposta e recuperação. A seguir são apresentadas as ações adotadas no município de Parintins (AM) com base nos decretos, boletins e informativos e notícias disponíveis nos canais oficiais de comunicação da prefeitura municipal. Com o seguimento do modelo apresentado na Figura 18, procede-se à análise das fases do gerenciamento de crises proposto por Gladu, comparando ações esperadas para cada fase e momento da crise com as ações realizadas pelo Executivo Municipal.

5.1 Mitigação

A fase da mitigação é caracterizada por medidas adotadas antes que uma crise venha à tona, e o objetivo das ações desta fase é reduzir efeitos negativos de uma possível crise. Nesta fase, devem-se identificar as vulnerabilidades do município, antecipando estratégias de ação em caso de um possível cenário de crise (GLADU, 2003). Partindo desse entendimento, as informações preliminares sobre o surto de Covid-19 estavam sendo amplamente divulgadas, o que proporcionava um espaço razoável de tempo de preparação para enfrentamento da crise que se anunciava, conforme ilustra a Figura 20.

Figura 20 – Linha do tempo do surgimento da Covid-19



Fonte: MEDIOTTE *et al.* (2021).

O mundo inteiro estava atento aos acontecimentos em Wuhan, na China, à medida que uma ameaça epidemiológica começava a dar os primeiros sinais de que poderia evoluir para um problema global. Com os meios de transporte disponíveis na atualidade, o fluxo intenso de passageiros ao redor do mundo era questão de tempo até que a doença, ainda desconhecida, começasse a se espalhar para fora da China. Logo, menos de um mês depois dos primeiros casos relatados naquele país, o vírus, agora identificado como Novo Coronavírus, já estava se espalhando em 18 países da Europa e da Ásia. Dessa forma, a OMS emitiu um alerta e decretou Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional, o que deixou o mundo todo em alerta quanto à propagação do vírus. Em 11 de março de 2020, a OMS decreta a pandemia da Covid-19 (FLAXMAN *et al.*, 2020). O período desde as notícias dos primeiros casos na China até ser decretado tratar-se de uma pandemia foi para que os governos se preparassem para seu enfrentamento, tanto em nível federal quanto estadual e municipal. No município de Parintins (AM), na fase que se antecedeu à pandemia as ações da fase de mitigação foram retratadas, conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Fase de mitigação em Parintins (AM)

Período pré-pandemia	
Fase 1 – Mitigação	
Ações esperadas	Ações realizadas
Realizar uma revisão dos riscos e situações críticas.	Não identificada nenhuma ação.
Estudo de cenários de pior caso da crise.	Não identificada nenhuma ação.
Instalar sistemas de monitoramento contínuo.	Proposto no Plano de Enfrentamento à Covid-19. Instalado no que seria a fase de resposta do gerenciamento de crise enquanto a pandemia já estava em curso no município.
Avaliar os riscos mais prováveis por ordem de importância.	Não identificada nenhuma ação.
Disponibilizar conhecimentos especializados para possíveis crises <i>in loco</i> .	Não identificada nenhuma ação.
Estudar situações anteriores de crises semelhantes, em níveis nacional e internacional.	Não identificada nenhuma ação.

Fonte: Adaptado de MEDIOTTE *et al.* (2021).

Muito embora o mundo inteiro estivesse na expectativa do desenrolar de uma eventual crise epidemiológica, as ações do Poder Executivo Municipal parintinense não estavam em consonância com os eventos que se anunciavam. Percebe-se que nas ações necessárias da fase de mitigação apenas foi identificada nas operações do Executivo Municipal a instalação tardia do sistema de monitoramento contínuo, o que ocorreu depois de já se ter a transmissão comunitária da doença.

Com base nos registros de ações levantadas nos decretos municipais e nas ações noticiadas nos meios de comunicação oficiais da prefeitura, pode-se inferir que não houve nenhum preparo prévio para o enfrentamento da crise que se instalou no município, assim como na maior parte do país e do mundo. A fase de mitigação foi deixada de lado, muito embora levasse em consideração as primeiras notícias da Covid-19 anunciadas no início de dezembro de 2019 e o fato de o primeiro caso em Parintins ter sido registrado no final do mês de março de 2020, ou seja, um espaço temporal de aproximadamente quatro meses de preparação para o enfrentamento da crise que se anunciava.

5.2 Preparação

É a fase de planejamento das ações para o efetivo enfrentamento de uma eventual crise e consiste na elaboração de ações envolvendo todos os possíveis afetados direta ou indiretamente por essa ocorrência. Nesta fase são definidas no planejamento as ações referentes a operações, comunicação, parâmetros de resposta, recursos necessários e treinamento (GLADU, 2003). Em Parintins (AM), esta fase ocorreu conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Fase de preparação em Parintins (AM)

Período pré-pandemia	
Fase 2 – Preparação	
Ações esperadas	Ações realizadas
Desenvolver planejamento com a governança turística visando ao enfrentamento da crise.	Não identificada nenhuma ação.
Designar parcerias com lideranças e organizações que fornecerão suporte durante a resposta.	Não identificada nenhuma ação.
Treinar e usar simulações para identificar exequibilidade e necessidade de melhoria.	Não identificada nenhuma ação.
Formar uma equipe de resposta.	Realizada na fase de resposta.
Configurar sistemas.	Realizada na fase de resposta.

Fonte: Adaptado de MEDIOTTE *et al.* (2021).

A fase de preparação, que deveria merecer bastante atenção no gerenciamento de crises, pois é quando são elaborados os planos de ação que precisam ser testados e aprimorados constantemente para que possam surtir o efeito necessário, no município de Parintins foi desconsiderada. Não há registros que embasam a realização das ações previstas nesta fase. Dessa forma, podemos inferir que não houve planejamento prévio para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 em Parintins (AM).

Novamente se constata a inércia quanto às ações adotadas no período que antecedeu a pandemia. Nesse sentido, ressalta-se a morosidade das ações da administração pública como uma disfunção burocrática, uma vez que uma das ações esperadas era desenvolver planos de ação e criar sistemas de monitoramento; tais ações, conforme os registros da prefeitura, só foram executadas semanas após o registro do primeiro caso de Covid-19 no município.

5.3 Resposta

Esta é a fase em que o planejamento é elaborado, refinado e exercitado na fase de preparação e efetivamente posto em prática. As ações aqui visam assumir o controle contendo os impactos negativos da crise, em que as ações são interativas ou, mesmo, simultâneas e levam em consideração as incertezas da crise em curso ou emergente (GLADU, 2003). Esta fase é a que concentra mais ações do Poder Executivo Municipal, conforme evidenciado no Quadro 8.

Embora o Poder Executivo Municipal tenha concentrado seus esforços e recursos na fase de resposta, buscando frear o avanço da pandemia no município, fica evidente que suas ações não estavam direcionadas por um plano de ação e que elas ocorriam, em sua maioria, como reação a determinado evento, a exemplo do toque de recolher, medida extrema adotada, que foi efetivado logo após ser noticiada a primeira vítima fatal do município. Sem um planejamento efetivo, Parintins, no intuito de conter o avanço da doença, foi adotando ações e alocando recursos de forma desordenada.

A crise que se instalou tornou evidente as dificuldades do Executivo Municipal em coordenar ações planejadas. Então, foi necessário, antes de tomar ações de respostas, o planejamento, pois sem isso devidamente elaborado os esforços e recursos podem ser direcionados de forma ineficiente, o que nos remete a mais uma disfunção da burocracia presente na Administração Pública.

Quadro 8 – Fase de resposta em Parintins (AM)

Período durante a pandemia	
Fase 3 – Resposta	
Ações esperadas	Ações realizadas
Avaliar a situação, disponibilizando fontes confiáveis de informação.	A cada 15 dias, o Comitê de Enfrentamento à Covid-19 se reunia para avaliar a situação e propor medidas de suspensão ou flexibilização.
Ativar o plano desenvolvido com a governança turística local.	Não houve plano na área do turismo, e o único plano identificado foi feito pela vigilância em saúde para organizar o sistema hospitalar para atender à demanda da crise.
Disponibilizar informações e boletins atualizados e manter um canal aberto com a mídia e redes sociais.	Todos os dias eram disponibilizados boletins informativos sobre a situação da pandemia nos canais de comunicação oficiais da prefeitura.
Analisar a Gestão da Situação com base nas fricções das medidas da governança para o enfrentamento da crise.	O comitê de enfrentamento cedeu a pressões populares para a reabertura dos bares, mas, com o aumento subsequente de casos de Covid-19, voltou atrás na decisão.
Medidas extremas – Suspensão.	
Avaliar a efetividade do planejamento implementado.	Não houve planejamento macro com ações voltadas para os diversos setores da sociedade; o que ocorreu foi um planejamento em nível da Secretaria de Saúde, definindo procedimentos e formas de atender os pacientes, o que era modificado conforme novas orientações do Ministério da Saúde.
Adotar medidas radicais de isolamento social vertical ou <i>lockdown</i> , a depender de resultados ineficazes do plano.	Medidas adotadas: Fechamento do porto e do aeroporto; Fechamento do comércio não essencial; Definição do horário de circulação, o toque de recolher.
Rever as medidas ineficazes e providenciar novas estratégias tão logo a situação retroceder.	À medida que o número de casos e a ocupação dos leitos foram diminuindo, o Comitê de Enfrentamento propunha flexibilização de algumas ações, sendo a principal a revisão do horário do toque de recolher.

Fonte: Adaptado de MEDIATE et al. (2021).

5.4 Recuperação

Esta é a fase que ocorre após a crise, o que, no caso em questão, se trata do pós-pandemia. A esta fase competem a organização da sociedade e a reestruturação social e econômica, e as ações tomadas buscam assegurar o retorno seguro e produzir o aprendizado necessário para o enfrentamento de futuras crises (GLADU, 2003).

Embora até a finalização deste estudo a pandemia da Covid-19 ainda não tenha sido controlada ou se encerrado, é necessária a reflexão sobre questões relacionadas à retomada das atividades turísticas, a fim de assegurar o bem-estar da população local e dos visitantes. Dessa forma, destacam-se alguns pontos (Quadro 9) que devem ser levados em consideração nesta fase no município de Parintins (AM).

Quadro 9 – Fase de recuperação em Parintins (AM)

Período pós-pandemia	
Fase 4 – Recuperação	
Ações esperadas	Ações realizadas
Declarar oficialmente o fim ou o controle da crise e o retorno gradativo das atividades turísticas.	Até a conclusão deste estudo, a pandemia ainda não havia terminada ou sido controlada.
Manter contato com a mídia e organizações de suporte, evitando a volta do turismo descontrolado e predatório.	Aos poucos, a prefeitura tem tomado medidas para um retorno consciente e seguro.
Fornecer suporte aos trabalhadores afetados pela crise.	Não foram identificadas ações diretamente da prefeitura nesse sentido. Foram verificadas ações para garantir acesso a auxílios do governo federal.
Avaliar o processo de aprendizado pelas lições aprendidas na experiência.	Não identificada nenhuma ação.

Fonte: Adaptado de MEDIOTTE *et al.* (2021).

Nesta fase de gerenciamento de crises, a comunicação tem papel fundamental no sentido de esclarecer, educar e informar a população sobre medidas necessárias para um retorno seguro das atividades (NEVES, 2005). A esse respeito, a Prefeitura de Parintins (AM) mantém boletins informativos diários e disponibiliza um *site* específico⁵, em que reúne todas as informações relativas ao enfrentamento à pandemia da Covid-19, bem como fornece orientações sobre cuidados necessários (Figura 21).

⁵Podem-se acompanhar as ações relacionadas ao enfrentamento da pandemia da Covid-19 no município de Parintins (AM) pelo *link* <https://coronavirus.parintins.am.gov.br>.

Figura 21 – Site Coronavírus Parintins



Fonte: PARINTINS (2021).

A pandemia da Covid-19 surpreendeu a maioria dos governantes, pois se pensava tratar de uma crise sazonal como a gripe, mas que se mostrou persistente e recorrente, apresentando-se em onda. Diversas ações estão sendo realizadas mundo afora, como restrição de circulação, distanciamento social, uso obrigatório de máscaras e vacinação para contenção da doença. No entanto, ao que tudo indica, ainda será necessária atenção cuidadosa, sobretudo, dos governos federal, estadual e municipal para a organização de uma retomada segura, visando ao bem-estar da população e ao desenvolvimento sustentável das atividades turísticas.

Longe de ser uma crise passageira como se esperava, a pandemia da Covid-19 tem-se estendido por mais de dois anos e, muito embora os governos de todo o mundo tenham feito esforços para vacinar sua população, ainda paira o temor da continuidade da pandemia por mais alguns anos por conta do surgimento de novas variantes do vírus causador da doença. Assim, considerando que o modelo proposto de gerenciamento de crises ainda se encontra na fase de resposta, o planejamento para a recuperação também deve ser levado em conta para que ao fim da crise as ações de restabelecimento das atividades turísticas possam ser executadas de forma eficiente.

5.5 Ações necessárias

A pandemia da Covid-19 evidenciou a necessidade de a gestão de crises estar presente na Administração Pública, quer federal, estadual ou municipal. Ficaram evidentes também o despreparo e a morosidade nas tomadas de decisão quanto às ações em resposta à crise que se instalava, elementos disfuncionais que comprometem a eficiência das operações da Administração Pública (CORDEIRO, 2017).

Para que se efetive a implantação de um modelo de gestão de crises, é necessária a participação dos diversos agentes da sociedade. Vieira (2008) salienta que nesse aspecto o poder público age como coordenador e incentivador da participação dos *stakeholders* através de um modelo de governança.

Durante o período de pandemia, viu-se muito protagonismo em ações individualizadas dissociadas da sociedade ou sem a participação social nas decisões, sobretudo as de maior impacto social e econômico.

Em Parintins (AM), conforme apresentado nos capítulos anteriores, embora tenha sido nomeado um Comitê de Enfrentamento à Covid-19, as ações não tiveram ampla discussão, sendo, em sua maioria, tomadas de improviso, sem o devido planejamento. O improviso compromete a eficiência das ações, por isso o planejamento adequado com a participação dos diversos segmentos da sociedade é a melhor forma para enfrentar uma crise (ROSA, 2001). Dessa forma, o planejamento participativo torna-se fator imprescindível para o sucesso da implantação do modo de gerenciamento de crise.

Destacam-se, assim, algumas ações necessárias para a implantação de um modo de gerenciamento de crise:

- Planejamento participativo com representantes dos diversos segmentos da sociedade.
- Designação de um Comitê ou Conselho de Gerenciamento de Crises.
- Capacitação de equipes responsáveis pelas ações de gerenciamento de crises.

A cultura do improviso é um dos obstáculos à implantação de um modo de gerenciamento de crises. Dessa forma, é preciso promover a cultura da prevenção, por meio de capacitação e de informações acessíveis (ROSA, 2001).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo concentrou esforços na discussão de um *modus* de gerenciamento de crises que pudesse ser efetivado no município de Parintins (AM) e que, ao mesmo tempo, servisse de parâmetro para destinos turísticos, uma vez que tais destinos têm impactos similares quando se trata de eventos adversos geradores de crises – Tem-se como contexto a pandemia da Covid-19 no espaço de tempo delimitado entre 11 de março de 2020 e 11 de março de 2021.

Esse contexto pandêmico imprimiu dificuldades à realização da pesquisa em tela, sobretudo na coleta de dados, no entanto, espera-se que o esforço despendido tenha sido suficiente para a discussão deste tema tão importante para destinos turísticos, como é o caso de Parintins (AM).

Os maiores desafios encontrados no percurso desta pesquisa foram relacionados à coleta de dados. Por essa razão, os elementos analisados e apresentados nesta dissertação foram colhidos, em sua maioria, no sítio institucional da Prefeitura de Parintins, principalmente na página criada para divulgação das ações durante a pandemia da Covid-19, na página da instituição no *Facebook*, nos decretos publicados e nas notícias veiculadas nos meios oficiais de comunicação da prefeitura. A morosidade na atualização dos dados da pandemia constituiu um dos grandes obstáculos a ser transpassado para o êxito deste estudo, uma vez que os dados relevantes, ações do poder executivo, dados sobre o monitoramento e ações de enfrentamento à Covid-19 só foram disponibilizados, em sua maioria, no segundo semestre de 2021. Ademais, à medida que a prefeitura disponibilizava as informações referentes à pandemia, era necessário atualizar as discussões e resultados apresentados nesta dissertação.

Em síntese, ao debruçarmos sobre os dados coletados acerca dos estudos que serviram de base para as análises e proposições apresentadas nesta dissertação, chegamos às seguintes conclusões:

- Embora tenha sido nomeado um Comitê de Enfrentamento à Covid-19 no município de Parintins (AM), seu papel era consultivo; não houve uma equipe, um setor, uma comissão ou comitê de gerenciamento capaz de coordenar ações conjuntas atuando nas fases de gerenciamento de crises, mitigação, preparação, resposta e recuperação. As ações do Comitê, conforme noticiado, deram-se no âmbito de discussões relacionadas a respostas rápidas à pandemia que estava em pleno curso no município. As discussões giravam em torno de

medidas restritivas, como o toque de recolher, relacionadas ao horário do toque de recolher, se mantinha, ampliava ou diminuía esse horário. Desde a finalização dessa medida não houve mais notícias de nenhuma reunião do Comitê, que se reunia às terças-feiras desde a sua instituição.

- As ações quanto a minimizar os efeitos da pandemia no setor de Cultura e Turismo se limitaram a viabilizar a disponibilização do auxílio emergencial aos artistas oferecido pelo governo federal, através da Lei Aldir Blanc, não tendo sido realizada nenhuma capacitação ou, mesmo, alguma ação para garantir apoio a um dos setores mais afetados pela pandemia, o Turismo, uma vez que foi necessária a proibição de eventos culturais, desportivos e de lazer, visando ao distanciamento social como medida de contenção da disseminação do coronavírus.

- As ações adotadas pelo Poder Executivo Municipal mantiveram-se na fase de resposta, ou seja, esperava-se um evento ou acontecimento adverso para a tomada de ação. Esse fato foi evidenciado desde o início da pandemia após a notícia da primeira fatalidade causada pela Covid-19 no estado do Amazonas, com a vítima de Parintins, quando se tomou a decisão de estabelecer o toque de recolher e, à medida que o número de casos aumentava, ampliava-se o horário de restrição de circulação; à medida que o número de casos diminuía, diminuía-se também o horário de restrição. As demais fases do gerenciamento de crises não foram evidentes nas ações do Poder Executivo Municipal, o que dificultou o controle da pandemia no município.

Diante do exposto, espera-se que este estudo contribua como insumo relevante para o avanço do estudo da temática gerenciamento de crises, tema amplamente discutido em virtude da pandemia da Covid-19; que possa servir de base de análise para as instâncias relacionadas ao turismo no município de Parintins (AM); e que as informações aqui apresentadas sirvam de parâmetro para melhorias na infraestrutura e ações voltadas para o turismo. Além dos aspectos acadêmicos, espera-se que esta pesquisa possa também servir de base para discussões entre os agentes da sociedade em busca de um planejamento público participativo, efetivo, levando-se em consideração os preceitos da gestão de crises como fundamento. Por fim, espera-se, ainda, que sirva ao poder público como análise, reflexão e base para ações futuras, visando a melhorias no planejamento público.

REFERÊNCIAS

- AMAZÔNIA REAL. **Amazonas tem a morte causada pelo coronavírus na Região Norte**. 2020. Disponível em: <shorturl.at/biry7>. Acesso em: 27 abr. 2021.
- ANDRIOTIS, K. Integrated resort development: the case of Cavo Sidero, Crete. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, n. 4, p. 428-44, 2008.
- AZEVEDO FILHO, João D'D'Anúzio Menezes de. **A produção e a percepção do turismo em Parintins, Amazonas**. 2013. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.
- BAUM, T.; HAI, N. T. T. Hospitality, tourism, human rights and the impact of COVID-19. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 32, n. 7, p. 2397-407, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/IJCHM-03-2020-0242>>. Acesso em: 27 jul. 2021.
- BRASIL – MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional – Relatório Brasil**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/Parintins_RA_2015.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- CARVALHO, Alan Francisco de. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, p. 97-109, jan/dez. 2000.
- CORDEIRO, W. M. Burocracia na Administração Pública do Século XXI: uma reflexão teórica. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 4., 2017, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2017.
- CUNHA, L. **Turismo e desenvolvimento: realidades e perspectivas**. [S.l.]: Lidel, 2017.
- DIAS, Ricardo de Oliveira. **A eficiência do modelo burocrático militar na prestação do serviço de segurança pública pela Polícia Militar de Goiás**. 2011. 109 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Administração) – Sistema de Ensino Profissional Conectado da Universidade Norte do Paraná, Goiânia, 2011.
- EMMENDOERFER, M. L.; SOARES, É. B. S.; DE ARAÚJO, J. F. E. F.; DA COSTA MENDES, J.; DA SILVEIRA CUNHA, N. R. Destinos indutores e desenvolvimento turístico regional: um problema de intergovernabilidade? **PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 3, p. 737-50, 2016.
- EMMENDOERFER, M. L.; TRENTIN, F.; PONTON, M. B. Z.; DA SILVA JUNIOR, A. C.; PONTÓN, R. G. Z. Destinos turísticos e desenvolvimento: o que foi publicado pela comunidade científica no Brasil antes da pandemia COVID-19? **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 11, p. 1-13, 2021.

FARAZMAND, A. **Handbook of crisis and emergency management**. London: CRC Press, 2014. 825 p.

FARAZMAND, A. Governance reforms: the good, the bad, and the ugly; and the sound: examining the past and exploring the future of public organizations. **Public Organization Review**, v. 17, p. 595-617, 2017. DOI <https://doi.org/10.1007/s11115-017-0398-y>. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11115-017-0398-y#citeas>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FLAXMAN, S.; MISHRA, S.; GANDY, A.; JULIETTE, H.; UNWIN, H.; COUPLAN, H.; BHATT, S. **Report 13: estimating the number of infections and the impact of non-pharmaceutical interventions on COVID-19 in 11 european countries**. Imperial College COVID-19 Response Team, 2020. p. 1-35. Doi: 10.25561/77731.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Marshfield, MA: Sage, 1984.

FREITAS, Carlos Machado de (Coord.). **A gestão de riscos e governança na pandemia por COVID-19 no Brasil: análise dos decretos estaduais no primeiro mês**. [S.l.]: Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde (CEPEDS), 2020. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/relatoriocepedes-isolamento-social-outras-medidas.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLADU, A. **Crisis and emergency management: a guide for managers of the public service of Canada**. Ottawa: CCMD, 2003.

GLAESSER, D. **Gestão de crises na indústria do turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

GÖSSLING, S.; SCOTT, D.; HALL, C. M. Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. **Journal of Sustainable Tourism**, London, v. 29, n. 1, p. 1-20, 2020.

HERRERA, M. R. G.; HERNÁNDEZ, J. A. A.; HERRERA, L. D. A.; LEGARRETA, J. M. L. Respuesta a la Crisis Generada Por La Pandemia Covid-19 en el Turismo. De Lo Global A Lo Local: Ciudad Juárez (México). **Turismo: Estudios & Prácticas**, v. 9, v. 2, p. 1-23, 2020.

IATA (2020). **Passenger Demand Plunges on COVID-19 Travel Restrictions** – Disponível em: <<https://www.iata.org/en/pressroom/pr/2020-04-02-02>>. Acesso em: abr. 5 2021.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Certificado de Patrimônio Cultural do Brasil será entregue durante Festival de Parintins (AM)**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/5148>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

LINCOLN, Y. S. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MAIA, F. S. N.; PINTO, M. V. L. **Disfunções burocráticas em gestão de pessoas**. 2007. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão de Pessoas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MEDIOTTE, E. J.; EMMENDOERFER, M. L.; SANTOS, Y. T.; FRAGA, B. O. Planejamento público e gerenciamento de crises na pandemia da Covid-19 em destinos turísticos no Brasil: ações sustentáveis ou reações econômicas? **Revista Dos Algarves A Multidisciplinary e-Journal (DAMeJ)**, n. 40, 2021. No prelo.

MENDES, António M. M. Subsídios para uma teoria das crises políticas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DA CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 4., 2005, Portugal. **Livro de Actas...** Portugal: Sopcom, 2005. p. 765-74.

MOSCARDO, G. Rethinking the role and practice of destination community involvement in tourism planning. In: ANDRIOTIS, K.; STYLIDIS, D.; WEIDENFELD, A. (Ed.). **Tourism policy and planning implementation**. 4. ed. Routledge, 2018. p. 36-52.

NEVES, Maria Lúcia Timoni Camargo. **Planejamento, gerenciamento e comunicação de crise**. [S.l. : s.n.t.]. Disponível em: <<http://www.comunicacaoempresarial.com.br/revi3artigoMaluNeves.html>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

O'CONNOR, P. **Distribuição da informação eletrônica em turismo e hotelaria**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

OLIVEIRA, E. S.; PINTO, G. M. L.; KNUPP, M. E. C. G.; LESCURA, C. Estratégias de marketing para enfrentamento da Covid-19: o município de Ouro Preto-MG. **Revista Turismo Estudos e Práticas**, v. 10, n. 2, p. 1-19, 2021.

PARINTINS, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor**. 2005. Disponível em: <<https://parintins.am.gov.br>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

PARINTINS, Prefeitura Municipal. **Site institucional da prefeitura**. 2020. Disponível em: <<https://parintins.am.gov.br>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

PARINTINS, Prefeitura Municipal. **Coronavírus Covid-19**. 2021. Disponível em: <<https://coronavirus.parintins.am.gov.br>>. Acesso em: 8 nov. 2021.

PRAMANIK, Roshni; EKMAN, Olof; HASSEL, Henrik; TEHLER, Henrik. Organizational adaptation in multi-stakeholder crisis response: an experimental study. **J. Contingencies & Crisis Man**, v. 23, p. 234-45, 2015. DOI <https://doi.org/10.1111/1468-5973.12094>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-5973.12094>. Acesso em: 15 abr. 2021.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. A pesquisa documental e o estudo histórico de políticas educacionais. **Caderno de Cultura**, n. 7, maio 2004.

ROSA, Mário. **A síndrome de Aquiles: como lidar com as crises de imagem**. São Paulo: Gente, 2001.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 2010.

SANCHO, A. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SCHMIDT, Flávia; MELLO, Janine; CAVALCANTE, Pedro. Coordenação governamental na crise da Covid-19: breve proposta de ação. **Radar:Tecnologia, produção e comércio exterior**, Brasil, Ipea, n. 62, p. 16, abr. 2020a. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10116>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SEDARATI, P.; SANTOS, S.; PINTASSILGO, P. System dynamics in tourism planning and development. **Tourism Planning & Development**, v. 16, n. 3, p. 256-80, 2019.

STOKES, R. Tourism strategy making: insights to the events tourism domain. **Tourism Management**, v. 29, n. 2, p. 252-62, apr. 2008.

TRENTIN, F. Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural (PASOS)**, v. 14, n. 3, p. 645-58, 2016.

TRENTIN, F.; FONSECA FILHO, A. S. Gestão pública em turismo: coordenação e comunicação no processo de inventário da oferta turística. **Caderno Virtual de Turismo**, n. 20, v. 1, p. 1-17, 2020.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION (UNISDR). **Sendai framework for disaster risk reduction 2015-2030**. ICLUX EN5000 1st edition. Geneva, 2015. p. 37. Disponível em: <https://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Trad. por Gleice Guerra e Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011.

VIEIRA, N. M. **Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e econômicos em programas de revitalização em áreas históricas**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **2020: a year in review**. 2020. Disponível em: <<https://www.unwto.org/covid-19-and-tourism-2020>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

WORLD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **World Tourism Barometer May 2020: special focus on the Impact of COVID-19**. 2020. Disponível em: <<https://www.unwto.org/barometer>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE

Decretos municipais Covid-19 – Parintins 2020/2021

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Março 2020	16.03.2020	014/2020-PGMP	Declara Situação de Emergência em Saúde Pública no Município de Parintins e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Parintins.
	16.03.2020	015/2020-PGMP	Regulamenta sobre medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública no Município de Parintins, decorrente da pandemia causada pelo Coronavírus (Covid-19), previsto na Lei Federal sob o nº 13.979/2020.
	17.03.2020	015A/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$2.263.330,20 (dois milhões duzentos e sessenta e três mil trezentos e trinta reais e vinte centavos) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	18.03.2020	016/2020-PGMP	Nomeia o Comitê de Enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	20.03.2020	017/2020-PGMP	Regulamenta sobre adoção de medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública no Município de Parintins, decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), previsto na Lei Federal sob o nº 13.979/2020.
	23.03.2020	017C/2020-PGMP	Declara Estado de Calamidade Pública, para os fins do art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, em razão da grave crise de saúde pública decorrente da pandemia COVID-19 (novo coronavírus) e suas repercussões nas finanças públicas do município de Parintins e dá outras providências.
	24.03.2020	018/2020-PGMP	Dispõe sobre medidas complementares temporárias, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo Coronavírus – COVID-19 no município de Parintins.
	25.03.2020	019/2020-PGMP	Fica estabelecido o toque de recolher no perímetro urbano do município de Parintins e dá outras providências.

Continua...

Continuação...

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Março 2020	30.03.2020	020/2020-PGMP	Declara em situação anormal, caracterizada como “situação de emergência” nas áreas do município de Parintins-AM afetadas por doenças infecciosas virais – nº 1.5.1.1.0 – COBRADE e dá outras providências.
	30.03.2020	021/2020-PGMP	Fica estabelecido o toque de recolher no perímetro urbano do município de Parintins e dá outras providências.
Abril 2020	01.04.2020	022/2020-PGMP	Dispões sobre a prorrogação por mais 15 (quinze) dias, a partir de 31.03.2020, os efeitos do art. 7º, I e seus §§ do Decreto sob o nº 017/2020-PGMP de 20.03.2020, que “Regulamenta sobre adoção de medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública no município de Parintins, decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), previsto na Lei Federal sob o nº 13.979/2020. ”
	07.04.2020	023/2020-PGMP	Declara em situação anormal, caracterizada como “situação de emergência” nas áreas do município de Parintins-AM afetadas por doenças infecciosas virais – nº 1.5.1.1.0 – COBRADE e dá outras providências.
	08.04.2020	024/2020-PGMP	Dispões sobre a prorrogação, a partir de 05.04.2020, os efeitos do art. 5º, do Decreto sob o nº 017/2020-PGMP de 20.03.2020, que “Regulamenta sobre adoção de medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública no município de Parintins, decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), previsto na Lei Federal sob o nº 13.979/2020 ”.
	08.04.2020	025/2020-PGMP	Dispões sobre a prorrogação, a partir de 08.04.2020, e define novo horário para o início e final do toque de recolher os efeitos do Decreto sob o nº 021/2020-PGMP, de 30.03.2020, que “Fica estabelecido o toque de recolher no perímetro urbano do município de Parintins e dá outras providências”.

Continua...

Continuação...

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Abril 2020	08.04.2020	026/2020-PGMP	Dispões sobre a prorrogação, a partir de 08.04.2020, os efeitos do art. 4º, do Decreto sob o nº 018/2020-PGMP, de 24.03.2020, que “Dispõe sobre medidas complementares temporárias, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus – COVID-19 no município de Parintins”.
	13.04.2020	027/2020-PGMP	Dispões sobre o uso massivo de máscaras e condutas de higiene a serem observadas pelos estabelecimentos, em face da pandemia da COVID-19, e dá outras providências.
	14.04.2020	028/2020-PGMP	Dispões sobre a prorrogação por mais 15 (quinze) dias, a partir de 15.04.2020, os efeitos do art. 7º, I e seus §§ do Decreto sob o nº 017/2020-PGMP de 20.03.2020, que “Regulamenta sobre adoção de medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública no município de Parintins, decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), previsto na Lei Federal sob o nº 13.979/2020”.
	14.04.2020	029/2020-PGMP	Suspende, pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar de 15.04.2020, as atividades de decolagem e aterrissagem de voos comerciais de transporte de passageiros, ressalvadas as atividades relacionadas ao transporte de cargas e passageiros que atendam a serviços essenciais, como adoção sobre adoção de medidas temporárias para enfrentamento da emergência em saúde pública no Município de Parintins, decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19).
	20.04.2020	030/2020-PGMP	Emenda: Dispõe sobre a adoção, no âmbito das instituições bancárias, de loterias e do comportamento dos consumidores, de medidas temporárias de prevenção para conter a disseminação do novo coronavírus (COVID-19).
	23.04.2020	031/2020-PGMP	Emenda: Acrescenta §§ ao artigo 1º do Decreto nº 030/2020-PGMP, fixando valores das multas, forma de recolhimento e designação dos recursos, e obrigações às instituições financeiras, como medidas temporárias de prevenção para conter a disseminação do novo coronavírus (COVID-19).

Continua...

Continuação...

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Abril 2020	29.04.2020	033/2020-PGMP	DISPÕE sobre a prorrogação a partir de 30/04/2020 a 31/05/2020 os efeitos do art. 7º, I e seus §§ do Decreto sob o nº 017/2020-PGMP, prorrogado pelo Decreto nº 022/2020-PGMP, e prorrogado pelo Decreto nº 028/2020-PGMP que “Regulamenta sobre adoção de medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública no Município de Parintins, decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), previsto na Lei Federal sob o nº 13. 979/2020”.
	30.04.2020	034/2020-PGMP	EMENTA: DISPÕE sobre a abertura dos bancos aos sábados em face da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), previsto na Lei Federal sob o nº 13. 979/2020.
	30.04.2020	035/2020-PGMP	Ementa: Dá nova redação ao § 5º, do art. 1º do Decreto nº 031/2020, que “Acrescenta §§ ao artigo 1º do Decreto nº 30/2020-PGMP, fixando valores das multas, forma de recolhimento e designação dos recursos, e obrigações às instituições financeiras, como medidas temporárias de prevenção para conter a disseminação do novo coronavírus (COVID-19)”.
	30.04.2020	036/2020-PGMP	EMENTA: Inclui o parágrafo único ao art. 1º do Decreto n. 018/2020-PGMP, que dispõe sobre medidas complementares temporárias, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus – COVID-19 no município de Parintins e dá outras providências.
	30.04.2020	037/2020-PGMP	Ementa: Acrescenta § único ao art. 1º do Decreto nº 029/2020-PGMP datado de 14/04/2020 que “Suspende, pelo prazo de 20 (vinte) dias, a contar de 15.04.2020, as atividades de decolagem e aterrissagem de voos comerciais de transportes de passageiros, ressalvado as atividades relacionadas ao transporte de cargas e passageiros que atendam a serviços essenciais, como adoção sobre adoção de medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública no Município de Parintins, decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19)”.

Continua...

Continuação...

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Abril 2020	30.04.2020	038/2020-PGMP	Dispõe sobre a prorrogação a partir de 01.05.2020, do toque de recolher dos Decretos sob os nº 021/2020-PGMP de 30.03.2020 e 025/2020-PGMP de 08.04.2020 e dá outras providências.
Mai 2020	05.05.2020	039/2020-PGMP	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão das atividades de decolagem e aterrissagem de voos comerciais de transporte de passageiros, ressalvado as atividades relacionadas ao transporte de cargas e passageiros que atendam a serviços essenciais, como adoção de medidas temporárias para enfrentamento da emergência em saúde pública no Município de Parintins, decorrente da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19).
	05.05.2020	040/2020-PGMP	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão das atividades constantes dos incisos I e II do Decreto nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
	06.05.2020	041/2020-PGMP	Dispõe sobre a prorrogação da suspensão das atividades constantes do Art. 4º do Decreto nº 018/2020-PGMP, prorrogado pelo Art., 1º do Decreto nº 026/2020-PGMP e dá outras providências.
	06.05.2020	042/2020-PGMP	Dispõe sobre a proibição da comercialização e consumo de bebidas alcoólicas em logradouros públicos no município de Parintins.
	08.05.2020	043/2020-PGMP	Estabelece o toque de recolher no perímetro urbano do município de Parintins e revogando-se os Decretos nº 21, 25 e 38/2020-PGMP, e dá outras providências.
	08.05.2020	043A/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$ 1.069.967,76 (um milhão sessenta e nove mil novecentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	11.05.2020	044/2020-PGMP	Estabelece o toque de recolher no perímetro urbano e rural do município de Parintins e revogando-se os Decretos nº 21, 25, 38 e 43/2020-PGMP, e dá outras providências.

Continua...

Continuação...

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Maio 2020	11.05.2020	045/2020-PGMP	Determina o atendimento das normas da ANVISA relativas a prescrição e dispensação da Hidroxicloroquina (ou similar) e Azitromicina no município de Parintins, e dá outras providências.
	13.05.2020	045A/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$ 6.400.000,00 (seis milhões e quatrocentos mil reais) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	22.05.2020	047/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$1.704.231,70 (um milhão, setecentos e quatro mil, duzentos e trinta e um reais e setenta centavos) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	21.05.2020	048/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$ 2.751.777,73 (dois milhões setecentos e cinquenta e um mil setecentos e setenta e sete reais e setenta e três centavos) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	29.05.2020	049/2020-PGMP	Dispões sobre a prorrogação do toque de recolher e dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
Junho 2020	04.06.2020	050/2020-PGMP	Dispões sobre a prorrogação dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 029/2020-PGMP e dá outras providências.
	04.06.2020	050A/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$824.647,74 (oitocentos e vinte e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	15.06.2020	051/2020-PGMP	Dispõe sobre a prorrogação do toque de recolher e dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP, nº 018/2020-PGMP e nº 029/2020-PGMP dá outras providências.

Continua...

Continuação...

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Junho 2020	04.06.2020	053A/2020-PGMP	Altera a classificação da dotação orçamentária expressa no art. 1º do Decreto nº 050ª/2020-PGMP e dá outras providências.
	25.06.2020	055/2020-PGMP	Dispões sobre a prorrogação e alteração do toque de recolher no município de Parintins e dá outras providências.
	24.06.2020	056/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	30.06.2020	057/2020-PGMP	Prorroga os efeitos do Decreto nº 027/2020-PGMP, e dá outras providências.
	30.06.2020	058/2020-PGMP	Dispõe sobre a prorrogação dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
Julho 2020	06.07.2020	059/2020-PGMP	Prorroga a situação anormalidade, caracterizada como “situação de emergência” nas áreas do município de Parintins/AM afetadas por doenças infecciosas virais – nº 1.5.1.1.0 – COBRADE e dá outras providências.
	06.07.2020	059A/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$158.677,96 (cento e cinquenta e oito mil seiscentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos) para o bloco do benefício eventual e para os blocos de média e alta complexidade no apoio ao combate a pandemia do COVID-19 e dá outras providências.
	10.07.2020	060/2020-PGMP	Dispõe sobre a prorrogação do toque de recolher e a flexibilização dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
	13.07.2020	061/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$414.538,08 (quatrocentos e quatorze mil quinhentos e trinta e oito reais e oito centavos) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.

Continua...

Continuação...

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Julho 2020	15.07.2020	061/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$6.439.717,00 (seis milhões, quatrocentos e trinta e nove mil e setecentos e dezessete reais) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	25.07.2020	063/2020-PGMP	Dispõe sobre a prorrogação do toque de recolher e a flexibilização dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
Agosto 2020	03.08.2020	065/2020-PGMP	Regulamenta a Lei Municipal nº 765/2020-PGMP que institui o programa emergencial para a obtenção de bens, valores e equipamentos destinados ao combate à pandemia do novo coronavírus (COVID-19) e outorga de créditos para a compensação de tributos e dá outras providências.
	08.08.2020	067/2020-PGMP	Dispõe sobre a alteração do toque de recolher e a prorrogação dos efeitos dos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
	06.08.2020	068/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$504.798,00 (quinhentos e quatro mil setecentos e noventa e oito reais) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	20.08.2020	072A/2020-PGMP	Abre crédito extraordinário no valor de R\$277.440,46 (duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e quarenta reais e quarenta e seis centavos) para custeio das ações de enfrentamento da emergência pública decorrente do Coronavírus (COVID-19) e dá outras providências.
	21.08.2020	073/2020-PGMP	Dispõe sobre a alteração do toque de recolher e a medidas complementares de combate a COVID-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
Setembro 2020	04.09.2020	075/2020-PGMP	Prorroga os termos do Decreto Municipal nº 073/2020 e dá outras providências
	09.09.2020	076/2020-PGMP	Dispõe sobre o toque de recolher e a medidas complementares de combate a COVID-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.

Continua...

Continuação...

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Setembro 2020	24.09.2020	079/2020-PGMP	Dispõe sobre o toque de recolher e a medidas complementares de combate a COVID-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
	30.09.2020	081/2020-PGMP	Dispõe sobre o uso obrigatório e por tempo indeterminado de mascaras no âmbito do município de Parintins, prorroga os efeitos dos Decretos nº 027/2020-PGMP e nº 057/2020-PGMP e dá outras providências.
Outubro 2020	01.10.2020	082/2020-PGMP	Prorroga a situação anormalidade, caracterizada como “situação de emergência” nas áreas do município de Parintins/AM afetadas por doenças infecciosas virais – nº 1.5.1.1.0 – COBRADE e dá outras providências.
	09.10.2020	085/2020-PGMP	Prorroga os termos do Decreto Municipal nº 079/2020-PGMP e dá outras providências.
	13.10.2020	086/2020-PGMP	Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate a COVID-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
	28.10.2020	092/2020-PGMP	Prorroga os termos do Decreto Municipal nº 085/2020-PGMP e dá outras providências.
Novembro 2020	17.11.2020	096/2020-PGMP	Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate a COVID-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
Dezembro 2020	01.12.2020	099/2020-PGMP	Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate a COVID-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
	16.12.2020	104/2020-PGMP	Dispõe sobre o toque de recolher e as medidas complementares de combate a COVID-19 previstas nos Decretos Municipais nº 017/2020-PGMP e nº 018/2020-PGMP e dá outras providências.
	23.12.2020	107/2020-PGMP	Revoga os §§1º e 2º, do art., 1º do Decreto Municipal nº 104/2020-PGMP e dá outras providências.

Continua...

Continuação...

Mês/ano	Data	Decreto municipal (DM)	Resumo
Janeiro 2021	09.01.2021	028/2021-PGMP	Dispõe sobre a alteração do toque de recolher no município de Parintins e dá outras providências.
	13.01.2021	032/2021-PGMP	Altera os termos do Decreto Municipal nº 028/2021-PGMP e suspende a aplicação da prova do Enem no município de Parintins e dá outras providências.
Fevereiro 2021	09.02.2021	051/2021-PGMP	Dispõe sobre a alteração do toque de recolher no município de Parintins e dá outras providências.
	25.02.2021	060/2021-PGMP	Dispõe sobre a alteração do toque de recolher no município de Parintins e dá outras providências.
Março 2021	08.03.2021	065/2021-PGMP	Dispõe sobre a alteração do toque de recolher no município de Parintins e dá outras providências.
	09.03.2021	066/2021-PGMP	Altera o Decreto Municipal nº 065/2021-PGMP que dispõe sobre o toque de recolher no município de Parintins e dá outras providências.
	24.03.2021	074/2021-PGMP	Dispõe sobre a alteração do toque de recolher no município de Parintins e dá outras providências.

Fonte: Elaboração própria com base em Parintins (2020).